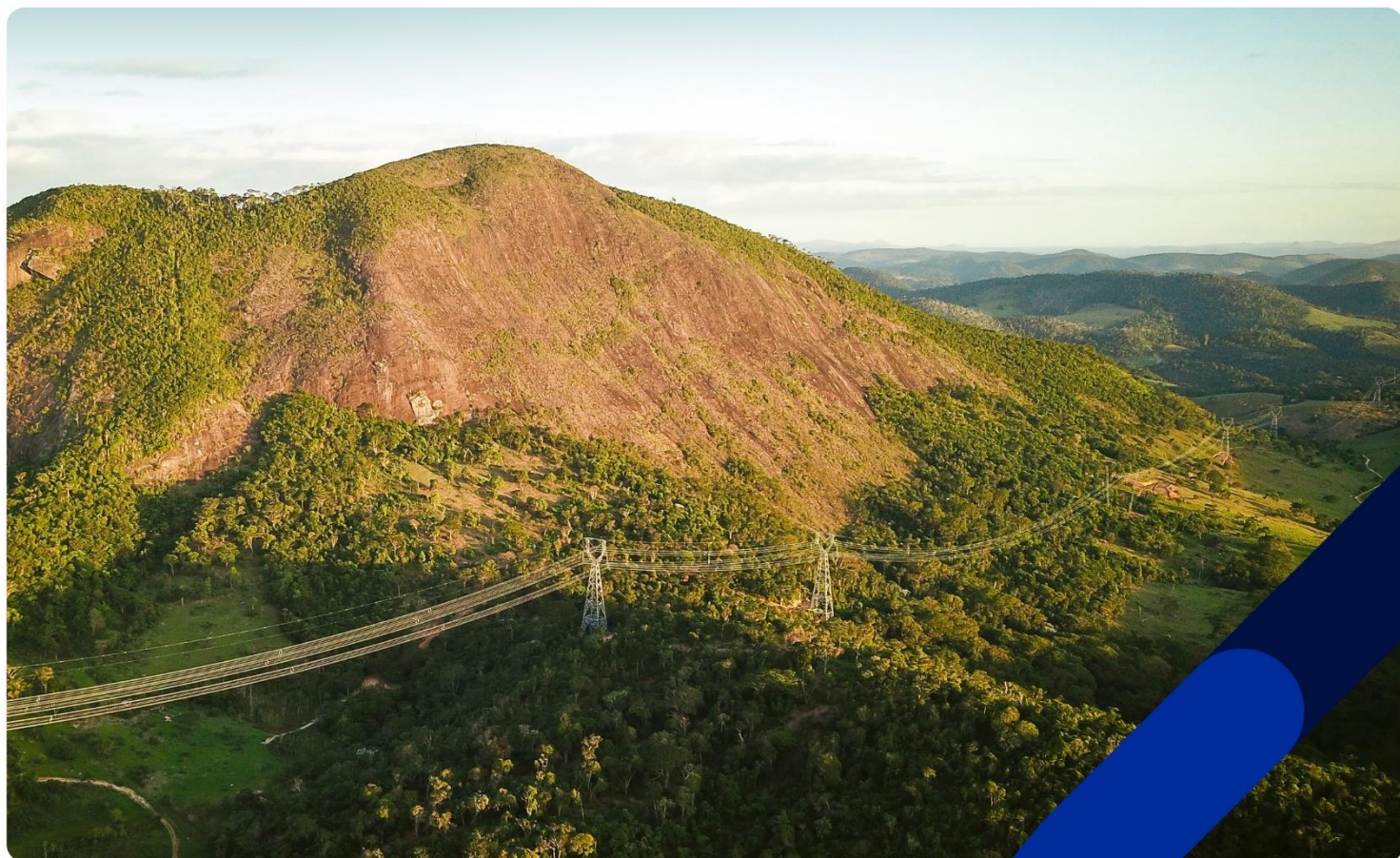




ri.taesa.com.br

**DIVULGAÇÃO DE
RESULTADOS**

4T25 e 2025



Eficiência que impulsiona.

Resultados do 4º trimestre e ano de 2025



Rio de Janeiro, 17 de março de 2026

A Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("TAESA" ou "Companhia"; B3: TAEE3, TAEE4, TAEE11), um dos maiores grupos concessionários de transmissão de energia elétrica do país, anuncia hoje seus resultados do quarto trimestre e do ano de 2025.

Destaques do ano

TAESA atinge maior nível de EBITDA Regulatório da história: R\$ 2,1 bi consolidado e R\$ 3,0 bi proporcional



Receita Líquida Reg. 2025
R\$ 2.513,3 milhões (+7,9%)



EBITDA Reg. 2025
R\$ 2.104,4 milhões (+12,5%)



OPEX Reg. 2025
R\$ 408,9 milhões (-10,7%)



PV de 0,53% da Receita de Transmissão 2025
R\$ 14,9 milhões (-68,3%)



CAPEX 2025
R\$ 1.782,8 milhões (+78,4%)



Lucro Líquido Reg. 2025
R\$ 1.124,1 milhões (+13,4%)



Entrada em operação em 2025 de Pitiguari e reforços, atingindo uma **RAP autorizada de R\$ 67,2 MM**



Anúncio de Proventos
R\$ 313,1 milhões (4T25)

Videoconferência de Resultados

Quarta-feira, 18 de março de 2026
11h00 (BRT) | 10h00 (NYT)

Webcast em Português: [Clique aqui](#)
Português com tradução simultânea para o inglês

Contatos RI:
investor.relations@taesa.com.br
<https://ri.taesa.com.br/>
+55 21 2212 6000

Resultados do 4º trimestre e ano de 2025



ÍNDICE

1.	MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO	4
2.	RESUMO DO RESULTADO REGULATÓRIO	6
3.	VISÃO GERAL	9
3.1.	Estrutura Societária	9
3.2.	Estrutura Societária TBE	10
3.3.	Estrutura Societária AIE	10
4.	DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO	11
4.1.	Desempenho Operacional	11
4.2.	Ciclo da RAP 2025-2026	12
4.3.	Resultado Regulatório	14
4.3.1.	Receita Líquida	14
4.3.2.	Custos, Despesas, Depreciação e Amortização	15
4.3.3.	EBITDA e Margem EBITDA	17
4.3.4.	Composição do EBITDA	18
4.3.5.	Resultado de Equivalência Patrimonial	19
4.3.6.	Resultado Financeiro Líquido	20
4.3.7.	Impostos	21
4.3.8.	Lucro Líquido	23
4.4.	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	24
4.5.	Endividamento	25
4.6.	Empreendimentos em Implantação	27
4.6.1.	Investimentos	28
4.6.2.	Premissas Divulgadas	29
4.6.3.	Status dos Projetos	30
4.7.	Resultado Societário (IFRS)	34
4.7.1.	Receita Líquida	34
4.7.2.	Custos, Despesas, Depreciação e Amortização	36
4.7.3.	Resultado de Equivalência Patrimonial	37
4.7.4.	Resultado Financeiro Líquido	38
4.7.5.	Impostos	39
4.7.6.	Lucro Líquido	40
5.	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	41
5.1.	Valor Residual	41
5.2.	Movimentação do Ativo Contratual (IFRS)	42
5.3.	DRE 4T25	43
5.4.	DRE 2025	44
5.5.	DRE Regulatório 4T25 (Subsidiárias)	45
5.6.	DRE Regulatório 2025 (Subsidiárias)	46
5.7.	DRE IFRS 4T25 (Subsidiárias)	47
5.8.	DRE IFRS 2025 (Subsidiárias)	48
5.9.	Conciliação DRE IFRS x Regulatório	49
5.10.	Balanço Patrimonial	50
5.11.	Fluxo de Caixa Regulatório	51
5.12.	Fluxo de Caixa IFRS	52

Resultados do 4º trimestre e ano de 2025



1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

TRANSFORMAÇÃO E EXECUÇÃO ESTRATÉGICA POSICIONAM TAESA PARA O FUTURO

Em 2025, a TAESA avançou de forma consistente em sua agenda de transformação, eficiência e crescimento, reforçando sua posição entre as principais transmissoras de energia do país. Em um ambiente macroeconômico ainda desafiador, a Companhia combinou excelência operacional, disciplina na alocação de capital e execução do portfólio de investimentos, com evolução relevante dos resultados regulatórios.

Ao longo do ano, lançamos a Estratégia 2035, que orientará nossa atuação com foco em eficiência e inovação, preservação das concessões e crescimento com rentabilidade. Seguimos evoluindo nas iniciativas de transformação organizacional e otimização de processos iniciadas em 2024, com ênfase em segurança, sustentabilidade, cultura e geração de valor para todos os stakeholders.

No campo operacional, mantivemos elevados níveis de confiabilidade, com índice de disponibilidade de 99,94%. A Parcela Variável totalizou R\$ 14,9 milhões, redução de 68,3% em relação a 2024, equivalente a 0,53% da Receita de Transmissão, um dos menores patamares da nossa história e abaixo da média da última década. Esse desempenho reforça a robustez da nossa operação e a qualidade da gestão dos ativos.

Na expansão, seguimos executando com disciplina nosso portfólio de projetos. Em 2025, entregamos Pitiguari e reforços em Novatrans, ambos de forma antecipada, além dos reforços de TSN e São Pedro, adicionando cerca de R\$ 67,2 milhões em RAP. O CAPEX totalizou R\$ 1,8 bilhão, alta de 78,4%, o maior volume de investimentos em obras da história recente da Companhia. Nos últimos cinco anos, investimos aproximadamente R\$ 6,3 bilhões.

Os resultados regulatórios refletiram essa evolução operacional e financeira. A Receita Líquida Regulatória somou R\$ 2,5 bilhões (+7,9% a/a), o EBITDA Regulatório atingiu R\$ 2,1 bilhões (+12,5% a/a), maior nível da história da Companhia, com margem EBITDA de 83,7%, enquanto o Lucro Líquido Regulatório alcançou R\$ 1,1 bilhão (+13,4% a/a). No mesmo período, mantivemos disciplina de custos, com crescimento do OPEX regulatório abaixo da inflação, refletindo captura de produtividade e avanços nas frentes de digitalização, automação, tecnologia e inovação.

No ciclo RAP 2025-2026, os reajustes foram de +7,0% para concessões de Categoria II e +5,3% para Categoria III. Considerando controladas, controladas em conjunto e coligadas, a RAP autorizada total da TAESA alcançou R\$ 4,4 bilhões, sendo R\$ 4,0 bilhões de RAP operacional, alta de 8,7% frente ao ciclo anterior.

Também seguimos atentos às oportunidades de crescimento. As iniciativas cadastradas pela Companhia no SGPMR resultaram na inclusão de 48 obras e 25 melhorias de reforços no POTE 2025, posteriormente autorizadas pela ANEEL em janeiro de 2026, com CAPEX estimado em mais de R\$ 193 milhões. Nos últimos cinco anos, os reforços adicionaram mais de R\$ 73 milhões em RAP, consolidando essa frente como uma importante alavanca de crescimento.

Na gestão financeira, mantivemos uma atuação prudente sobre a estrutura de capital e o passivo. Em 2025, concluímos seis emissões de debêntures, incluindo operações enquadradas como Green Bonds, o que contribuiu para alongar o prazo médio da dívida de 4,7 para 5,5 anos, com custo em patamar alinhado ao observado no período anterior. Na visão proporcional, encerramos o ano com dívida

Resultados do 4º trimestre e ano de 2025



líquida/EBITDA regulatório de 4,1x, mesmo diante do CAPEX recorde e de um cenário macroeconômico desafiador.

Seguimos comprometidos com uma prática consistente de remuneração aos acionistas, sustentada pela previsibilidade do fluxo de caixa do negócio de transmissão e pela solidez financeira da Companhia. Nesse contexto, será submetida à Assembleia Geral, em 29 de abril de 2026, proposta de distribuição de proventos equivalente a 100% do Lucro Líquido Regulatório, observadas as disposições legais e estatutárias.

Nossa agenda de sustentabilidade e governança também avançou de forma relevante em 2025. Realizamos o Processo de Dupla Materialidade, alinhado às normas GRI 3 e IFRS S1, e mantivemos a evolução das práticas de riscos, compliance, qualidade, gestão ambiental, segurança, saúde ocupacional e gestão de ativos. No campo de pessoas, seguimos fortalecendo um ambiente de trabalho seguro, inclusivo e orientado ao desenvolvimento. Fomos certificados, pelo sétimo ano consecutivo, pelo Great Place to Work e passamos a integrar o IDIVERSA da B3.

Encerramos 2025 com uma Companhia mais eficiente, mais preparada e estrategicamente bem-posicionada para capturar as oportunidades de um setor em transformação. Com consistência operacional, disciplina financeira e visão de longo prazo, seguiremos executando nossa estratégia para transmitir energia com eficiência e qualidade, garantindo segurança e confiança em cada relação, impulsionando o desenvolvimento sustentável para as pessoas e o planeta.

Resultados do 4º trimestre e ano de 2025



2. RESUMO DO RESULTADO REGULATÓRIO

Regulatório Consolidado						
R\$ MM	4T25	4T24	Var.%	2025	2024	Var.%
Disponibilização do sistema de transmissão	725,0	659,7	9,9%	2.805,2	2.630,8	6,6%
Parcela variável	(9,1)	(14,2)	-36,0%	(14,9)	(46,8)	-68,3%
Outras receitas operacionais	0,3	0,3	12,7%	1,4	1,2	18,6%
Receita operacional bruta	716,3	645,9	10,9%	2.791,8	2.585,1	8,0%
Deduções da receita bruta	(72,6)	(64,9)	11,9%	(278,5)	(256,1)	8,7%
Receita operacional líquida	643,7	581,0	10,8%	2.513,3	2.329,1	7,9%
Custos e Despesas	(119,4)	(159,4)	-25,1%	(408,9)	(457,9)	-10,7%
EBITDA	524,3	421,6	24,4%	2.104,4	1.871,2	12,5%
Mg. EBITDA	81,5%	72,6%	8,9 pp	83,7%	80,3%	3,4 pp
Depreciação e amortização	(130,7)	(98,9)	32,2%	(454,6)	(361,4)	25,8%
EBIT	393,6	322,7	0,6%	1.649,9	1.509,7	9,3%
Resultado de equivalência patrimonial	111,5	156,9	-28,9%	422,3	488,5	-13,6%
Receitas (despesas) financeiras líquidas	(239,0)	(285,3)	-16,3%	(1.037,3)	(1.000,6)	3,7%
Resultado antes dos impostos e contribuições	266,2	194,2	37,0%	1.034,9	997,6	3,7%
Imposto de renda e contribuição social	46,9	6,4	634,8%	89,2	(6,1)	-
Lucro líquido do exercício	313,1	200,6	56,1%	1.124,1	991,5	13,4%

Regulatório Consolidação Proporcional						
R\$ MM	4T25	4T24	Var.%	2025	2024	Var.%
Disponibilização do sistema de transmissão	999,9	931,1	7,4%	3.878,5	3.672,7	5,6%
Parcela variável	(10,0)	(3,3)	207,4%	(17,5)	(38,5)	-54,6%
Outras receitas operacionais	0,3	0,3	12,7%	1,4	1,2	18,6%
Receita operacional bruta	990,3	928,2	6,7%	3.862,5	3.635,4	6,2%
Deduções da receita bruta	(96,9)	(85,6)	13,2%	(374,5)	(347,9)	7,6%
Receita operacional líquida	893,4	842,6	6,0%	3.488,0	3.287,4	6,1%
Custos e Despesas	(143,5)	(147,3)	-2,6%	(493,3)	(502,7)	-1,9%
EBITDA	749,9	695,3	7,9%	2.994,7	2.784,8	7,5%
Mg. EBITDA	83,9%	82,5%	1,4 pp	85,9%	84,7%	1,1 pp
Depreciação e amortização	(155,9)	(130,9)	19,1%	(557,9)	(472,5)	18,1%
EBIT	594,0	564,4	5,2%	2.436,8	2.312,2	5,4%
Receitas (despesas) financeiras líquidas	(304,7)	(350,5)	-13,1%	(1.294,5)	(1.224,0)	5,8%
Resultado antes dos impostos e contribuições	289,3	213,9	35,3%	1.142,3	1.088,3	5,0%
Imposto de renda e contribuição social	37,4	0,4	9877,3%	36,3	(42,2)	-
Amortização do Ágio TBE	(13,6)	(13,6)	0,0%	(54,6)	(54,6)	0,0%
Lucro líquido do exercício	313,1	200,6	56,1%	1.124,1	991,5	13,4%

Endividamento			
R\$ MM	4T25	4T24	Var.%
Dívida Líquida	12.386,6	11.133,6	11,3%
Dívida Líquida/EBITDA	4,1	4,0	0,1 pp

Obs.: Visão Proporcional

Resultados do 4º trimestre e ano de 2025



Resumo das Principais Explicações (4T25 x 4T24):

TEMA	RESUMO
Receita de Transmissão de Energia*	Aumento de 9,9% é explicado pela entrada em operação de Pitiguari e dos reforços da Novatrans e TSN, além do reajuste positivo do IGP-M e IPCA no ciclo RAP 2025-2026 para todas as concessões da Companhia.
Parcela Variável	Melhora de R\$ 5,1 MM se deve, principalmente, ao evento ocorrido ao final de 2024 na ETEO, compensado em parte pelos desligamentos para manutenções programadas, principalmente em Saíra, e pela PV por atraso na energização do reforço de TSN, ambos ocorridos no 4T25.
OPEX	Redução de 25,1% no OPEX é motivada por eventos não recorrentes nas linhas de outras despesas e pessoal tanto no 4T24 quanto no 4T25, otimização de custos de pessoal e terceiros e menores provisões para riscos judiciais, compensados em parte pelo reajuste salarial dos empregados via acordo coletivo e maiores gastos não recorrentes com consultorias estratégicas, técnicas e administrativas. Excluindo os eventos não-recorrentes, o OPEX reduziu 3,7% mesmo diante de uma inflação de 4,2% nos últimos doze meses.
D&A	Aumento de 32,2% refere-se, basicamente, à entrada em operação de Pitiguari e dos reforços de Novatrans e às unitizações de outros ativos, principalmente softwares e licenças.
Equivalência Patrimonial	Redução de 28,9% é explicada pelas reversões no 4T24 de multa por atraso e PVA na entrada em operação de Ivaí, Aimorés e Paraguaçu, captações de Aimorés e Paraguaçu em junho de 2025 e reconhecimento de receita retroativa na ETAU no 4T24. Estes efeitos foram compensados em parte pelo reajuste inflacionário do ciclo da RAP 2025-2026, redução de despesas financeiras em Ivaí e ETAU, e maior aproveitamento de incentivos fiscais após recálculo de imposto de renda corrente em função da atualização de tributação dos fluxos da RAP.
Resultado Financeiro	A melhora de 16,3% é resultado basicamente do maior caixa médio, menor IPCA, e do menor impacto de atualização das provisões para riscos judiciais entre os períodos comparados, além da otimização dos passivos financeiros. Estes efeitos foram compensados em parte pelo aumento do CDI no mesmo período.
IR/CS	A melhora de R\$ 40,5 MM se deve, principalmente, à maior dedução de JCP distribuído nos períodos comparados, maior aproveitamento dos incentivos fiscais SUDAM/SUDENE, aumento dos benefícios fiscais gerado pelas empresas de lucro presumido e maior aproveitamento de incentivos fiscais após recálculo do imposto de renda corrente em função da atualização de tributação dos fluxos de RAP.

Resumo das Principais Explicações (2025 x 2024):

TEMA	RESUMO
Receita de Transmissão de Energia*	Aumento de 6,6% é explicado principalmente pela entrada em operação de Pitiguari e dos reforços da Novatrans e TSN, reajuste positivo do IGP-M e IPCA no ciclo RAP 2025-2026 para todas as concessões da Companhia e do IPCA no ciclo 2024-2025 para as concessões de categoria 3, além do incremento pontual em 2025 de R\$ 17,6 MM de receita referente à conclusão do processo de fiscalização da RTP do ciclo 2023-2024.
Parcela Variável	Melhora de R\$ 32,0 MM se deve, principalmente, à otimização na manutenção programada resultado da consolidação no modelo de gestão operacional em 2025 e à reversão de provisões de anos anteriores no valor de R\$ 4,0 MM, além dos eventos de maior impacto ocorridos em 2024.
OPEX	Redução de 10,7% no OPEX é motivada por eventos não recorrentes, em 2024 e 2025, nas linhas de pessoal, serviços de terceiros e outras despesas, otimização de custos de pessoal e terceiros e menores provisões para riscos judiciais, compensados em parte pelo reajuste salarial dos empregados via acordo coletivo, maiores gastos não recorrentes com consultorias estratégicas, técnicas e administrativas, além

Resultados do 4º trimestre e ano de 2025



da entrada em operação de Pitiguari. Excluindo os eventos não recorrentes, o OPEX aumentou 2,0% no ano contra uma inflação de 4,2% nesse mesmo período.

D&A

Aumento de 25,8% refere-se, basicamente, à entrada em operação de Pitiguari e dos reforços de Novatrans e às unitizações de outros ativos, principalmente softwares e licenças.

Equivalência Patrimonial

Redução de 13,6% é explicada pela reversão de provisão de PVA e multas nos empreendimentos do Grupo AIE (Aimorés, Paraguaçu e Ivaí) no 4T24, e baixa de tributos diferidos na ETAU no 1T24 decorrente da alteração de regime tributário, compensados pelo reajuste inflacionário no ciclo 2024-2025 e menores despesas financeiras em Ivaí nos períodos comparados.

Resultado Financeiro

Crescimento de 3,7% é resultado basicamente da alta do CDI, aumento da dívida média e menor variação cambial de NDFs, compensados em parte pelo maior caixa médio, menor IPCA, e menor impacto de atualização das provisões para riscos judiciais entre os períodos comparados, além da otimização dos passivos financeiros.

IR/CS

A melhora de R\$ 95,3 MM se deve, principalmente, à maior dedução de JCP distribuído nos períodos comparados, maior aproveitamento dos incentivos fiscais (SUDAM/SUDENE e lucro presumido), além do impacto positivo após recálculo do imposto de renda corrente em função de correção de tributação dos fluxos de RAP. Estes efeitos foram parcialmente compensados pela baixa extemporânea nos passivos diferidos fiscais referentes à amortização de custos de debêntures e ágio no 1T25.

* Para efeitos das explicações do Release de Resultados, definimos como “Receita de Transmissão de Energia” ou apenas “Receita de Transmissão” a receita de disponibilização do sistema de transmissão relativo ao reconhecimento da Receita Anual Permitida no resultado regulatório da Companhia.

Resultado Societário (IFRS):

O resultado IFRS consta ao final deste release na seção 4.7. Para maiores detalhes sobre este resultado, acesse as demonstrações de resultados findo em 31 de dezembro de 2025.

Resultados do 4º trimestre e ano de 2025



3. VISÃO GERAL

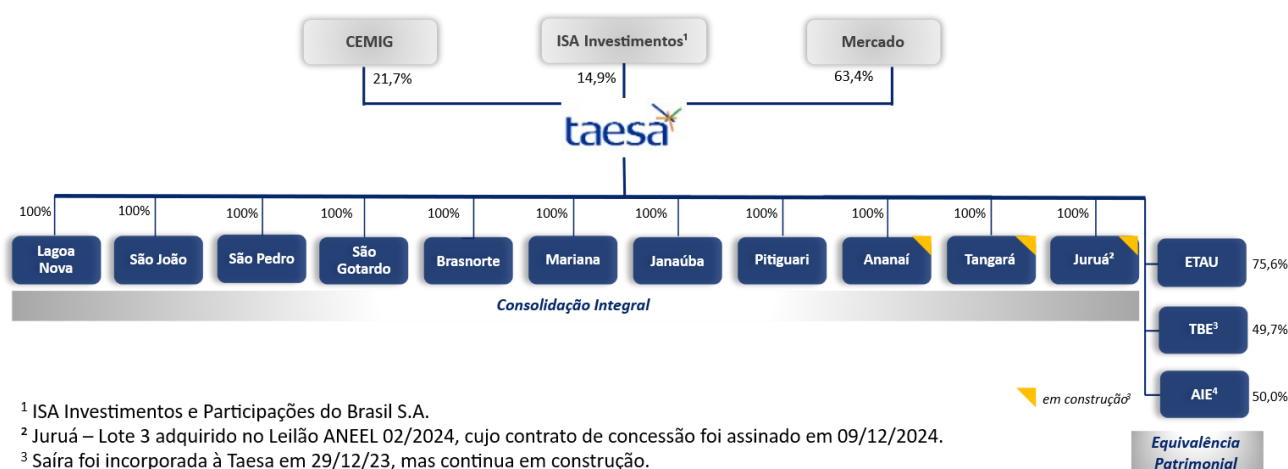
3.1. Estrutura Societária

As 44 concessões/participações de transmissão detidas pela TAESA estão segregadas em: (i) 14 concessões que compõem a empresa *holding* (TSN, Novatrans, ETEO, GTESA, PATESA, Munirah, NTE, STE, ATE, ATE II, ATE III, Sant'Ana, Saíra e Miracema), (ii) 11 investidas integrais (Brasnorte, São Gotardo, Mariana, Janaúba, São João, São Pedro, Lagoa Nova, Ananaí, Pitiguari, Tangará e Juruá); e (iii) 19 participações (ETAU e os grupos AIE e TBE).

Atualmente, a Companhia possui 4 empreendimentos de grande porte em construção (Ananaí, Tangará, Saíra e Juruá) e 5 reforços de maior porte em 4 concessões (São Pedro, ATE, EATE e ENTE). Em 2025, foram aprovados pela ANEEL 48 reforços e 25 melhorias com investimentos estimados em mais de R\$ 193 MM. Vide mais detalhes dos empreendimentos e reforços na seção 4.6.

Em 27 de setembro de 2024, a Companhia sagrou-se vencedora na disputa pelo lote 3 do Leilão de Transmissão ANEEL 02/2024, nomeado de Juruá Transmissora de Energia Elétrica S.A. (Juruá), cujo contrato de concessão foi assinado em 9 de dezembro de 2024.

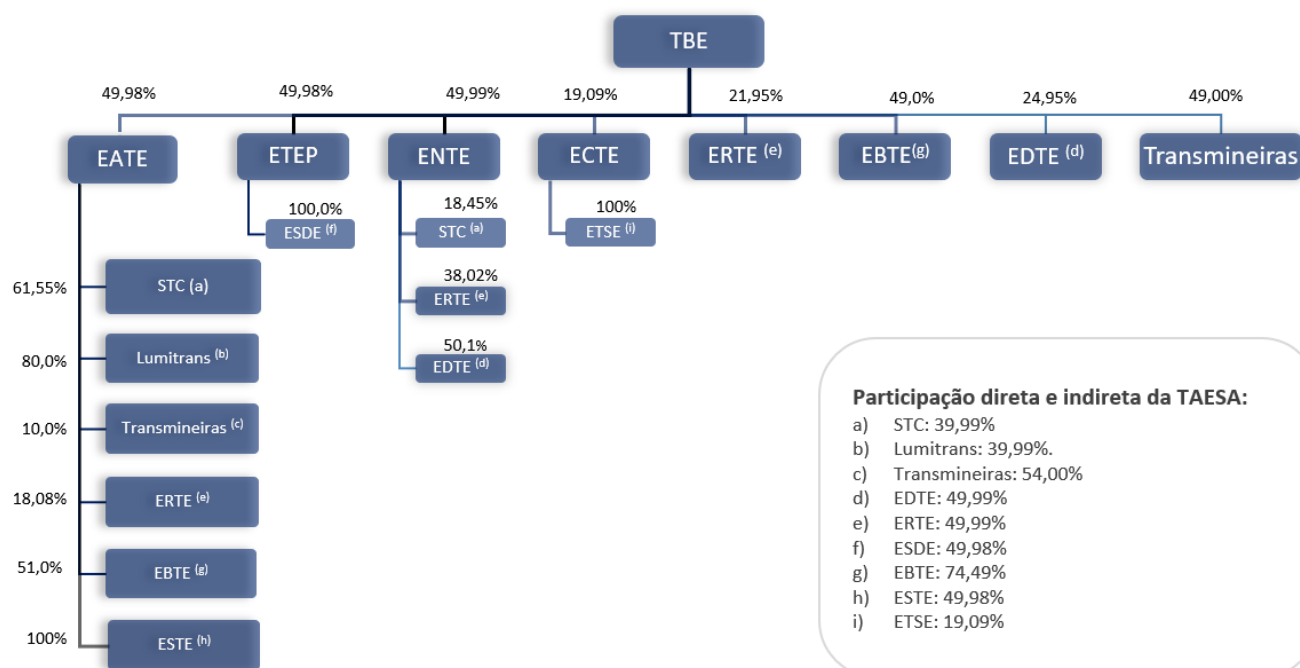
Para maiores informações de organograma, vide a página de Estrutura Societária no site de RI da Companhia: <https://ri.taesa.com.br/governanca-corporativa/estrutura-societaria/>



Resultados do 4º trimestre e ano de 2025

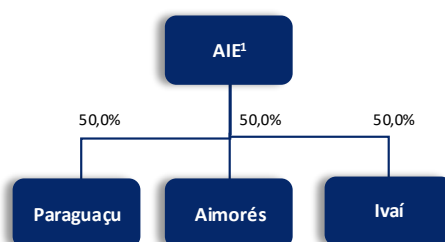


3.2. Estrutura Societária TBE



TBE - Transmissora Brasileira de Energia é um grupo econômico resultado da Parceria dos acionistas majoritários, TAESA e Alupar. Transmineiras - Conjunto de participações em 3 concessões: Transirapé (54,0%), Transleste (54,0%) e Transudeste, cuja gestão operacional é realizada pelo grupo TBE.

3.3. Estrutura Societária AIE



¹AIE é um grupo econômico com participação de 50% TAESA e 50% ISA Energia Brasil

Resultados do 4º trimestre e ano de 2025



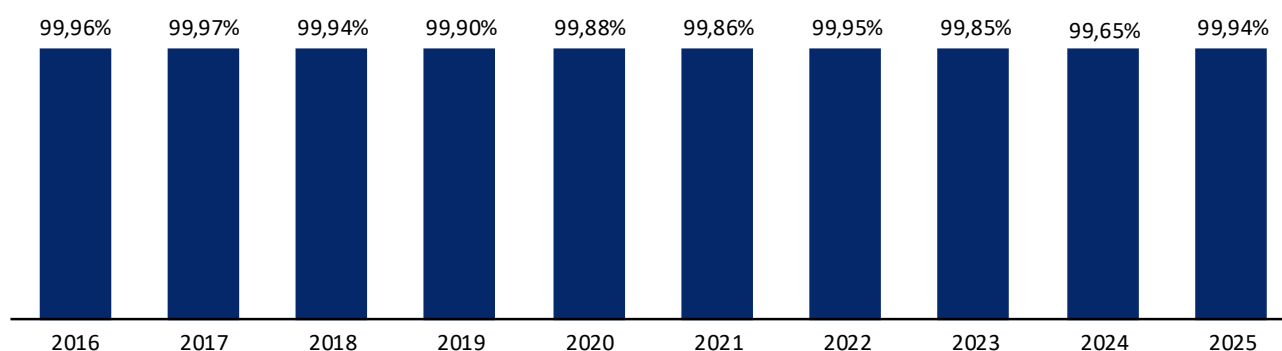
4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

4.1. Desempenho Operacional

Índice de Disponibilidade

O Índice de Disponibilidade é uma medida de tempo, sendo estritamente um indicador operacional. O cálculo consiste em: número de horas que a linha fica disponível, dividido pelo número de horas contidas em 1 ano (8.760 horas), medido por trechos de 100km.

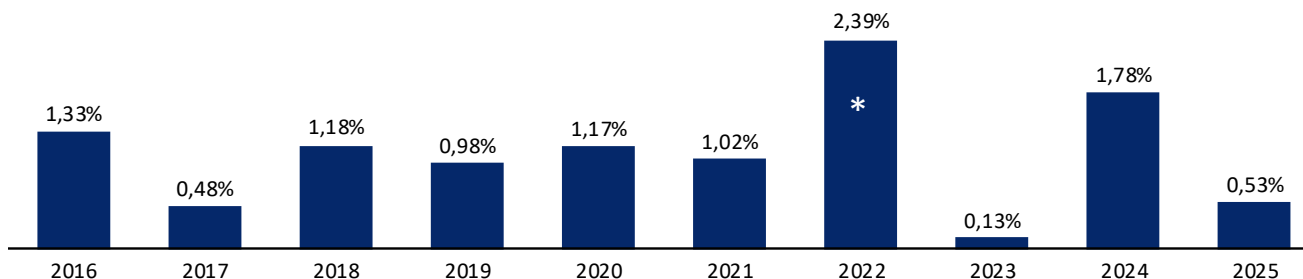
Alinhado com o alto desempenho operacional verificado ao longo dos anos, a TAESA tem apresentado um alto índice disponibilidade, conforme gráfico abaixo, que apresenta o desempenho consolidado da Companhia, sem considerar as suas participações (ETAU, AIE e TBE).



Parcela Variável

O indicador que mostra o impacto da indisponibilidade de transmissão na demonstração de resultados da empresa é a parcela variável (PV). Devido ao comportamento instável da PV no curto prazo, o desempenho da Companhia é melhor verificado através da análise do valor da PV dividido pela Receita de Transmissão, conforme gráfico abaixo.

A PV contabilizada em 2025 foi de R\$ 14,9 MM, equivalente a 0,53% da Receita de Transmissão do mesmo período. Os principais eventos que impactaram a Parcela Variável do período foram os seguintes, por ordem de relevância: (i) Saíra: provisão pelo desligamento intempestivo na LT 500 kV Garabi 1 / Santo Ângelo devido a uma explosão do Transformador de Potencial Capacitivo (TPC) no terminal da SE Santo Ângelo, ocorrido em março de 2025; (ii) ATE III: provisão pelo desligamento intempestivo na LT 500 kV Itacaiúnas / Colinas C1 devido a uma intercorrência no banco de reatores da SE Colinas, ocorrido também em março de 2025; (iii) aumento dos desligamentos para manutenções programadas, principalmente em Saíra devido a provisão referente ao desligamento na conversora Garabi I para implantação das revitalizações previstas no Edital Aneel do Leilão 02/2022, e (iv) TSN: Parcela Variável por Atraso (PVA) da energização da TSN entregue em setembro de 2025.



* PV referente ao evento de caso furtivo da queda de torres na LT 500 kV Imperatriz- Colina C2 ocorrida em dezembro de 2022, decorrente de depredações de bens públicos por ato de sabotagem ao (SIN).

Resultados do 4º trimestre e ano de 2025



4.2. Ciclo da RAP 2025-2026

Em 15 de julho de 2025, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória 3.481/2025 (“REH 3.481”) que estabeleceu as Receitas Anuais Permitidas (RAP) das concessões de transmissão para o ciclo 2025-2026, passando a valer a partir de 1º de julho de 2025 até 30 de junho de 2026, afetando, portanto, o resultado da TAESA a partir do 3T25. As concessões ajustadas pelo IGP-M (Categoria II) sofreram um reajuste inflacionário de +7,03%, e as concessões ajustadas pelo IPCA (Categoria III) sofreram um reajuste inflacionário de +5,32%. Considerando as concessões controladas, investidas em conjunto e coligadas, a RAP total¹ (operacional e em construção) da TAESA para o ciclo 2025-2026 é de R\$ 4,4 bilhões, sendo 54,4% no nível da *holding*. A RAP operacional da TAESA para o ciclo 2025-2026 ficou em R\$ 4,0 bilhões, um crescimento de 8,7% em relação ao ciclo 2024-2025.

Além do reajuste inflacionário da RAP para o ciclo 2025-2026 mencionado acima, tivemos os seguintes efeitos que impactam este ciclo: (i) entrada em operação de Pitiguari, dos reforços da Novatrans, EBTE e TSN; (ii) reposicionamento da RAP após processo fiscalizatório da Revisão Tarifária Periódica do ciclo anterior, que afetou Novatrans, TSN, Munirah, ETEO, NTE, STE, ATE I, ATE II, ATE III, Brasnorte, STC e São Pedro; (iii) reforços autorizados nas concessões EATE e ENTE em outubro de 2024; (iv) alteração da alíquota de PIS/COFINS para Miracema, Sant’Ana e Brasnorte; (v) adicional de RAP por seccionamento de LT na PATESA; (vi) correção de alíquota de PIS/COFINS pela ANEEL na Transirapé.

A REH 3.481 também estabeleceu as Parcelas de Ajustes de Vida Útil (PA – Vida Útil) e Parcelas de Ajustes de Retroatividade (PA – Retroatividade) além das PAs de Apuração, que são publicadas a cada novo ciclo. A Companhia não registra no resultado as parcelas de ajustes advindas de antecipações de ciclos anteriores, uma vez que se trata de compensações ou ressarcimentos em relação à receita contratada.

A PA de Vida Útil é calculada quando a Transmissora possui ativo cuja vida útil termina até a sua próxima Revisão Periódica. Cada módulo nessa condição deixa de auferir o Custo Anual dos Ativos Elétricos-CAAE e o Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis-CAIMI como parte da RAP, passando a receber esses componentes como Parcela de Ajuste de Vida Útil.

Com a conclusão do processo de fiscalização da Revisão Tarifária Periódica (“RTP”) publicada no ano de 2024, no qual a Companhia apresentou evidências comprobatórias para os investimentos de reforços, a ANEEL deu pleno reconhecimento dos investimentos realizados que culminaram em um adicional de RAP para estes reforços no volume total de R\$ 5,6 MM a partir do ciclo 2025-2026, além da adequação das Parcelas de Ajuste de Revisão e do reconhecimento dessa receita, referente ao ciclo tarifário desses reforços, com um ajuste no resultado do 2T25 (receita de transmissão) de R\$ 17,6 MM.

A PA de Retroatividade é utilizada para corrigir os valores provisórios desde o início da operação comercial até a data da revisão tarifária de projetos de reforços. Conforme estabelecido nas Regras da Transmissão, a receita revisada de reforços autorizados retroagirá à data de entrada em operação comercial da obra, sendo que a eventual diferença decorrente da revisão do valor será considerada na RAP da Transmissora através da PA de Retroatividade. Essa parcela deve ser debitada ou creditada anualmente a partir de julho de 2024 até a próxima Revisão Periódica da Concessionária.

Para a PA de Retroatividade, a cobrança será feita em diversos ciclos tarifários, cujos impactos mais relevantes são nas concessões Novatrans, TSN e São Pedro, com 4 ciclos remanescentes de ajuste.

Os valores publicados de RAP e de PA das concessões, cujos contratos são indexados pelo IPCA, foram adicionados de PIS/COFINS para ficarem alinhados às concessões indexadas pelo IGP-M, uma vez que as RAPs destas últimas já vêm adicionadas de PIS/COFINS na resolução homologatória.

A tabela abaixo mostra em maiores detalhes os valores de RAP e PA dos empreendimentos em operação e construção para o ciclo 2025-2026.

Resultados do 4º trimestre e ano de 2025



(R\$ MM)		Ciclo					
		RAP			Parcela de Ajuste		
IGP-M	7,03%	Operacional	Em Construção	Total RAP	PA - Apuração e Outros Ajustes	PA - Retroatividade	PA - Vida Útil
Reajuste:							
Novatrans		549,7	-	549,7	(9,6)	(34,1)	(0,1)
TSN		521,6	-	521,6	(25,1)	(2,2)	-
Munirah		35,1	-	35,1	0,5	0,5	-
GTESA		9,1	-	9,1	(0,3)	-	-
PATESA		28,5	-	28,5	(0,7)	-	-
ETAU ¹		40,5	-	40,5	(2,2)	-	4,4
ETEO		162,9	-	162,9	(5,1)	0,1	0,1
NTE		142,3	-	142,3	(5,2)	(0,2)	-
STE		79,3	-	79,3	(2,9)	(0,0)	-
ATE I ²		137,8	18,7	156,5	(4,9)	0,1	-
ATE II		215,9	-	215,9	(7,9)	0,1	-
EATE ¹⁴		202,2	24,0	226,2	(7,4)	0,0	-
ETEP ¹		45,4	-	45,4	(1,7)	0,0	-
ENTE ¹⁴		104,0	10,4	114,4	(3,8)	(0,0)	-
ECTE ¹		16,8	-	16,8	(0,6)	-	-
ERTE ¹		23,8	-	23,8	(0,9)	-	-
Lumitrans ¹		9,8	-	9,8	(0,4)	-	-
Transleste ¹		20,4	-	20,4	(0,7)	-	-
Transirapé ¹		25,0	-	25,0	(1,7)	0,1	-
Transudeste ¹		12,6	-	12,6	(0,5)	-	-
Subtotal		2.382,8	53,1	2.435,9	(81,0)	(35,6)	4,4
IPCA	5,32%	Operacional	Em Construção	Total RAP	PA - Apuração e Outros Ajustes	PA - Retroatividade	PA - Vida Útil
Reajuste:							
ATE III ^{3 5}		110,5		110,5	(3,5)	(0,3)	0,3
São Gotardo		7,9	-	7,9	(0,0)	-	-
Mariana		23,9	-	23,9	(0,9)	0,7	-
Miracema		104,2	-	104,2	(3,4)	0,3	-
Janaúba		293,0	-	293,0	(10,4)	-	-
Aimorés ¹		59,9	-	59,9	(2,0)	-	-
Paraguaçu ¹		89,5	-	89,5	(3,0)	-	-
Brasnorte		42,2	-	42,2	(2,4)	(0,3)	-
STC ¹³		16,2	-	16,2	(0,8)	-	-
EBTE ¹		63,9	-	63,9	1,3	0,1	-
ESDE ¹		10,0	-	10,0	(0,2)	-	-
ETSE ¹		7,5	-	7,5	(0,2)	0,2	-
ESTE ¹		84,7	-	84,7	(3,1)	-	-
Ivaí ¹		217,8	-	217,8	(8,0)	-	-
EDTE ¹		52,4	-	52,4	(1,9)	-	-
Sant'Ana		93,0	-	93,0	(2,9)	-	-
São João		70,5	-	70,5	(2,5)	-	-
São Pedro ²		84,0	11,7	95,7	(2,4)	4,3	-
Lagoa Nova		17,7	-	17,7	(0,9)	-	-
Ananai ²		-	171,1	171,1	-	-	-
Pitiguari		23,4	-	23,4	(0,1)	-	-
Tangará ^{2 5}		35,1	73,1	108,3	-	-	-
Saíra ²		137,5	54,3	191,7	(8,5)	-	-
Juruá ²		-	19,6	19,6	-	-	-
Subtotal		1.645,1	329,8	1.974,9	(55,8)	5,0	0,3
Total ¹		4.027,9	382,9	4.410,7	(136,8)	(30,6)	4,7

Obs: Todos valores de RAP estão adicionados de PIS/COFINS

¹ Valor proporcional à participação da TAESA

² Empreendimento ou reforço em construção

³ Concessão de Categoria II com ajuste pelo IPCA

⁴ Reforços da TBE (REA.15573/2024)

⁵ Energização de Tangará (parcial) e reforço de ATE III (REA nº 15.196/2024) em março de 2026

Resultados do 4º trimestre e ano de 2025



4.3. Resultado Regulatório

4.3.1. Receita Líquida

A Receita Líquida Regulatória no 4T25 alcançou R\$ 643,7 MM, 10,8% maior que o registrado no 4T24, explicada, principalmente, pelo aumento da Receita de Transmissão em função da entrada em operação comercial de Pitiguari e dos reforços da Novatrans e TSN, redução da Parcela Variável, além do reajuste positivo do IGP-M e IPCA no ciclo RAP 2025-2026 para todas as concessões da Companhia.

A Receita Líquida Regulatória no ano de 2025 somou R\$ 2.513,3 MM, apresentando um aumento anual de 7,9%.

Receita Operacional Líquida - Regulatório (Consolidado)

R\$ MM	4T25	4T24	Var.%	2025	2024	Var.%
Receita de Transmissão	725,0	659,7	9,9%	2.805,2	2.630,8	6,6%
Parcela Variável	(9,1)	(14,2)	-36,0%	(14,9)	(46,8)	-68,3%
Receita do Serviço	716,0	645,6	10,9%	2.790,4	2.583,9	8,0%
Outras receitas operacionais	0,3	0,3	12,7%	1,4	1,2	18,6%
Receita operacional bruta	716,3	645,9	10,9%	2.791,8	2.585,1	8,0%
PIS e COFINS	(44,1)	(38,6)	14,2%	(168,3)	(149,6)	12,5%
ISS	(0,1)	(0,1)	22,3%	(0,4)	(0,3)	30,8%
ICMS	(0,1)	(0,0)	18413,7%	(0,5)	(0,1)	572,7%
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA	(28,3)	(26,2)	8,1%	(109,2)	(106,0)	3,0%
Total Deduções	(72,6)	(64,9)	11,9%	(278,5)	(256,1)	8,7%
Receita operacional líquida	643,7	581,0	10,8%	2.513,3	2.329,1	7,9%

O aumento na linha da Receita de Transmissão de 9,9% entre o 4T25 e o 4T24 é explicado principalmente pelo (i) reajuste inflacionário do ciclo RAP 2025-2026 em +7,03% para os contratos de categoria 2 (IGP-M) e +5,32% para os contratos de categoria 3 (IPCA), e (ii) entrada em operação de Pitiguari e dos reforços de Novatrans e TSN. O crescimento de 6,6% na comparação entre 2025 e 2024 se deve, basicamente, aos mesmos motivos mencionados acima, considerando para esta comparação ainda (i) o reajuste inflacionário do ciclo da RAP 2024-2025 para os contratos de categoria 3 apenas (+3,9% em IPCA), e (ii) o incremento pontual de receita (+R\$ 17,6 MM) em 2025 referente ao processo fiscalizatório da Revisão Tarifária Periódica (Resolução Homologatória 3.343/2024) do ciclo 2023-2024, com impacto, principalmente, nas concessões de Novatrans, São Pedro, Munirah e TSN, compensados em parte pelo reajuste negativo do IGP-M para os contratos de categoria 2 (-0,3%) e pela contabilização em 2024 de receita complementar, não recorrente, relativa a EUST por rescisão de Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST) pelo ONS, no valor total de R\$ 7,9 MM.

A Parcela Variável (PV) apresentou uma melhora de R\$ 5,1 MM na comparação entre os trimestres em função da provisão de R\$ 10,5 MM referente a queda de torre na LT 440 kV Assis/Sumaré (concessão ETEO), em outubro de 2024, que foi contestado administrativamente na ANEEL pela Companhia como ato de sabotagem. Esse efeito foi compensado, em parte, por (i) aumento dos desligamentos para manutenções programadas, principalmente em Saíra em função do desligamento na conversora Garabi I para implantação das revitalizações previstas no Edital do Leilão ANEEL 02/2022, e (ii) Parcela Variável por Atraso (PVA) da energização do reforço na TSN entregue em setembro de 2025. Já a redução de R\$ 32,0 MM na comparação entre 2025 e 2024 foi em função, principalmente, da otimização na manutenção programada resultado da consolidação no modelo de gestão operacional em 2025, além dos eventos de maior impacto ocorridos em 2024, conforme divulgados na época, nas concessões de Janaúba, ETEO, Sant'Ana e Novatrans, além da reversão de provisões de anos anteriores no 3T25 nas concessões ATE III, Novatrans e TSN, no valor total de R\$ 4,0 MM. Estes efeitos foram parcialmente compensados por eventos de maior impacto ocorridos no 1T25 nas concessões de Saíra e ATE III, e nas concessões de Saíra e TSN no 4T25, conforme mencionado acima.

Resultados do 4º trimestre e ano de 2025



O aumento nas deduções da receita de 11,9% na comparação entre os trimestres se deve, principalmente, ao aumento do PIS/COFINS corrente em função do aumento na Receita de Transmissão e ao repasse das cotas CDE e Proinfra da GTESA e ATE III. O crescimento de 8,8% nas deduções da receita entre 2025 e 2024 é explicado, basicamente, pelos mesmos motivos explicados acima.

4.3.2. Custos, Despesas, Depreciação e Amortização

Custos, Despesas e Depreciação e Amortização totalizaram R\$ 250,1 MM no 4T25, 3,2% menor quando comparado ao 4T24. Os custos de PMSO somaram R\$ 119,4 MM, registrando uma queda anual de 25,1%.

Custos, Despesas e Depreciação e Amortização em 2025 alcançaram R\$ 863,5 MM, 5,4% maior na comparação anual. Os custos de PMSO somaram R\$ 408,9 MM, registrando uma queda anual de 10,7%.

Custos, Despesas e D&A - Regulatório (Consolidado)

R\$ MM	4T25	4T24	Var.%	2025	2024	Var.%
Pessoal	(64,1)	(69,3)	-7,5%	(256,5)	(261,8)	-2,0%
Material	(2,4)	(1,6)	54,5%	(8,3)	(7,4)	11,9%
Serviço de terceiros	(37,7)	(30,8)	22,7%	(112,0)	(104,3)	7,4%
Outros	(15,1)	(57,8)	-73,9%	(32,1)	(84,4)	-62,0%
Total	(119,4)	(159,4)	-25,1%	(408,9)	(457,9)	-10,7%
Depreciação e amortização	(130,7)	(98,9)	32,2%	(454,6)	(361,4)	25,8%
Total	(250,1)	(258,3)	-3,2%	(863,5)	(819,3)	5,4%

- **Pessoal:**

A redução de 7,5% na comparação entre os trimestres é explicada, principalmente, pelo (i) efeito do provisionamento no 4T24 da PLR de 2024, no valor de R\$ 6,8 MM, (ii) compensação de créditos de INSS, não recorrente, no montante de R\$ 1,2 MM, e (iii) otimização dos custos de Pessoal. Estes efeitos foram parcialmente compensados pelo reajuste salarial dos empregados em função do acordo coletivo de 2025, em +5,3% (IPCA).

No ano, a redução de 2,0% se refere, além dos motivos elencados acima, a (i) reestruturação organizacional no início de 2025, (ii) ajuste no 2T25 de provisão de encargos previdenciários (R\$ 1,3 MM), (iii) maior volume de vagas em aberto durante o ano de 2025, e (iv) despesas não-recorrentes no 1T24 de verbas rescisórias (R\$ 1,7 MM). Estes efeitos foram compensados, em parte, pelo acordo coletivo de 2024 (+3,9%), entrada em operação de Pitiguari, e méritos e promoções.

- **Material:**

O aumento de R\$ 0,9 MM, tanto na comparação entre os trimestres quanto entre 2025 e 2024, se deve, principalmente, a maiores gastos com manutenção de equipamentos e veículos, parcialmente compensados por créditos de PIS/COFINS no 4T25 referentes a manutenção de equipamentos (R\$ 1,0 MM).

- **Serviços de terceiros:**

O aumento de 22,7% na comparação entre o 4T25 e o 4T24 foi influenciado, principalmente, por (i) maiores gastos, não recorrentes, de consultorias estratégicas e técnicas com destaque para projetos de eficiência operacional que totalizaram cerca de R\$ 6 MM, e (ii) maiores despesas com infraestrutura de TI decorrentes dos projetos de upgrade do SAP e de governança de dados. Esses efeitos foram

Resultados do 4º trimestre e ano de 2025



compensados, em parte, por créditos de PIS/COFINS referentes a manutenção de equipamentos (R\$ 1,6 MM) e menores gastos com viagens.

O aumento de 7,4% entre 2025 e 2024 é explicado principalmente por (i) maiores gastos, não recorrentes, com consultorias estratégicas, técnicas e administrativas, que totalizaram aproximadamente R\$ 10,6 MM, e (ii) maiores despesas com TI. Esses efeitos foram compensados, em parte, por (i) menores gastos com manutenção de equipamentos, limpeza de faixa, energia elétrica e manutenção de estradas de acesso, resultado de iniciativas de eficiência, e (ii) despesas não recorrentes em 2024 (R\$ 4,1 MM) em São João no âmbito da compra desta concessão, que já foram ressarcidas.

- **Outros:**

A redução de R\$ 42,7 MM entre os trimestres se deve, principalmente, a provisão no 4T24 para Perda de Crédito Esperada (PCE) por rescisão de CUSTs no valor de R\$ 43,9 MM, e menores provisões para riscos judiciais. Estes efeitos foram compensados, em parte, por eventos não recorrentes no montante líquido de R\$ 10,0 MM no 4T25, dentre os principais estão desativações de equipamentos e baixas de inventário.

A redução de R\$ 52,3 MM entre 2025 e 2024 se deve basicamente aos motivos elencados acima, além da (i) venda e regularização de ativos no 3T25 (R\$ 5,2 MM), (ii) baixa de inventário de materiais no 3T24 (R\$ 7,5 MM), e (iii) baixa de ativos no 1T24 referente a TTNO de Sant'Ana para STE (R\$ 5,6 MM).

Segue tabela abaixo com os custos e despesas recorrentes:

Custos e Despesas Recorrentes - Regulatório (Consolidado)

R\$ MM	4T25	4T24	Var.%	2025	2024	Var.%
Pessoal	(65,4)	(62,5)	4,6%	(259,1)	(253,3)	2,3%
Material	(3,4)	(1,6)	119,3%	(9,3)	(7,4)	25,7%
Serviço de terceiros	(33,0)	(30,8)	7,4%	(102,7)	(100,1)	2,6%
Outros	(5,1)	(16,2)	-68,5%	(27,1)	(29,7)	-8,8%
Total	(107,0)	(111,1)	-3,7%	(398,2)	(390,6)	2,0%

O aumento de 32,2% na linha de depreciação e amortização na comparação entre os trimestres refere-se, basicamente, à entrada em operação dos reforços de Novatrans e Pitiguari e à unitização de outros ativos, principalmente softwares e licenças. O aumento de 25,8% entre 2025 e 2024 é explicado basicamente pelos mesmos motivos elencados acima.

Resultados do 4º trimestre e ano de 2025



4.3.3. EBITDA e Margem EBITDA

O EBITDA Regulatório do 4T25 atingiu R\$ 524,3 MM, 24,4% maior que o registrado no 4T24, e a margem EBITDA atingiu 81,5% (+8,9pp versus 4T24). O desempenho do EBITDA e margem EBITDA é explicado pela (i) entrada em operação de Pitiguari e dos reforços da Novatrans e TSN (ii) reajuste inflacionário da RAP, (iii) menor Parcela Variável, e (iv) redução dos custos e despesas operacionais.

O aumento de 12,5% entre 2024 e 2025 se deve aos motivos elencados acima, além do incremento pontual referente ao processo fiscalizatório da Revisão Tarifária Periódica (RTP) do ciclo 2023-2024 no valor de R\$ 17,6 MM no 2T25 e reversão de PV de anos anteriores no 3T25 no valor de R\$ 4,0 MM.

Desconsiderando os eventos não-recorrentes dos períodos comparados, o EBITDA ficaria em R\$ 536,7 MM, 11,8% maior que o EBITDA ajustado do 4T24 (R\$ 480,0 MM) e a margem EBITDA seria de 83,4% (+2,2pp versus 4T24). No acumulado de doze meses, excluindo os eventos não recorrentes, o EBITDA ficaria em R\$ 2.095,3 MM, 7,3% maior que o EBITDA ajustado de 2024 e a margem EBITDA seria de 84,0% (+0,7pp versus 2024).

EBITDA Regulatório (Consolidado)

R\$ MM	4T25	4T24	Var.%	2025	2024	Var.%
Receita líquida	643,7	581,0	10,8%	2.513,3	2.329,1	7,9%
Custos e despesas	(119,4)	(159,4)	-25,1%	(408,9)	(457,9)	-10,7%
EBITDA	524,3	421,6	24,4%	2.104,4	1.871,2	12,5%
Margem EBITDA	81,5%	72,6%	8,9 pp	83,7%	80,3%	3,4 pp

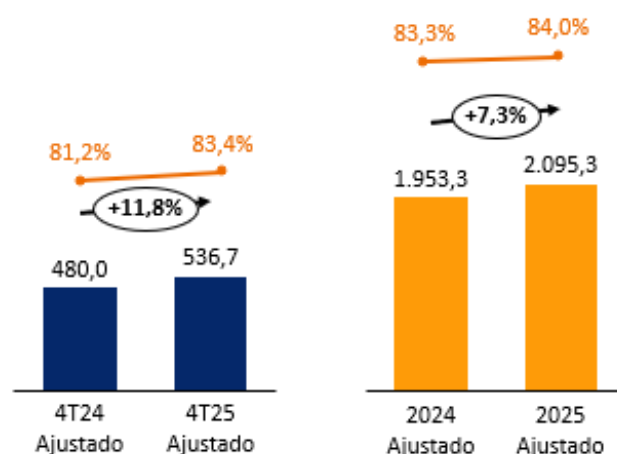
Ajustes mencionados

R\$ MM	4T25	4T24	2025	2024
Receita de Transmissão	-	-	17,6	7,9
Parcela Variável	-	(10,5)	4,0	(23,9)
Custos e despesas	(12,4)	(48,3)	(10,7)	(67,3)

EBITDA Regulatório ajustado (Consolidado)⁽¹⁾

R\$ MM	4T25	4T24	Var.%	2025	2024	Var.%
Receita líquida	643,7	591,1	8,9%	2.493,6	2.343,8	6,4%
Custos e despesas	(107,0)	(111,1)	-3,7%	(398,2)	(390,6)	2,0%
EBITDA	536,7	480,0	11,8%	2.095,3	1.953,3	7,3%
Margem EBITDA	83,4%	81,2%	2,2 pp	84,0%	83,3%	0,7 pp

(1) O EBITDA ajustado do 4T25 e 2025 exclui provisões de PV em 2025 e 2024, efeitos da conclusão da fiscalização da RTP do ciclo anterior e custos e despesas não recorrentes em todas as linhas do OPEX. Para maiores detalhes sobre eventos não recorrentes dos trimestres e anos anteriores, vide os Releases de Resultados dos respectivos trimestres.

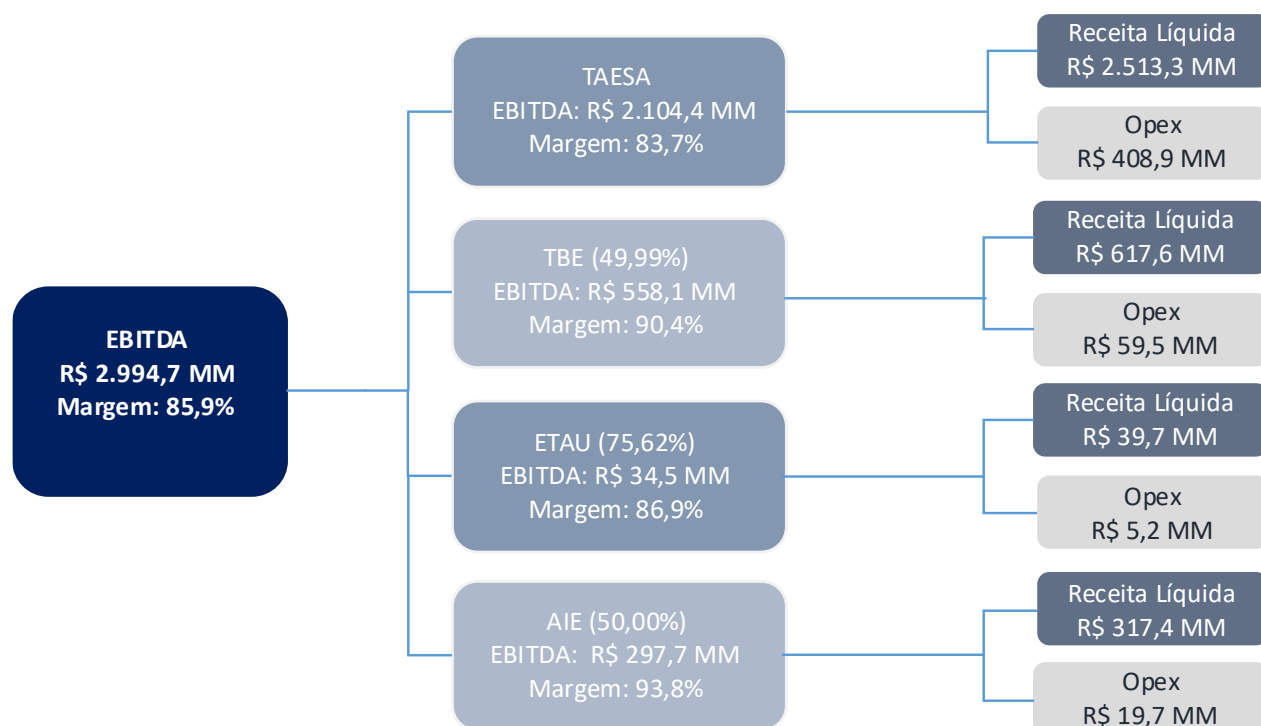


Resultados do 4º trimestre e ano de 2025



4.3.4. Composição do EBITDA

O gráfico abaixo mostra o EBITDA Regulatório no ano de 2025 considerando todas as concessões do grupo TAESA proporcionalmente. É importante ressaltar que o resultado consolidado conforme as normas contábeis brasileiras não incluem as investidas em conjunto e coligadas (ETAU, AIE e TBE).



Resultados do 4º trimestre e ano de 2025



4.3.5. Resultado de Equivalência Patrimonial

O Resultado de Equivalência Patrimonial Regulatória no 4T25 totalizou R\$ 111,5 MM, 28,9% menor que o registrado no 4T24. Já no ano de 2025, a Equivalência Patrimonial Regulatória fechou em R\$ 422,3 MM, 13,6% menor que o registrado em 2024.

Equivalência Patrimonial - Regulatório

R\$ MM	4T25	4T24	Var.%	2025	2024	Var.%
ETAU	8,2	14,9	-45,2%	30,2	53,1	-43,2%
TBE	85,7	79,5	7,8%	326,2	319,7	2,0%
Aimorés	7,6	17,2	-55,7%	34,1	45,7	-25,3%
Paraguaçu	11,0	31,3	-64,9%	49,4	73,6	-32,9%
Ivaí	12,7	27,6	-54,1%	37,1	51,0	-27,3%
Resultado das Controladas	125,2	170,6	-26,6%	476,9	543,1	-12,2%
Amortização do ágio - TBE	(13,6)	(13,6)	0,0%	(54,6)	(54,6)	0,0%
Total Equivalência Patrimonial	111,5	156,9	-28,9%	422,3	488,5	-13,6%

O Resultado de Equivalência Patrimonial Regulatória no 4T25 apresentou uma queda de 28,9% na comparação com 4T24, explicado principalmente por (i) reversão de provisão no 4T24 de multa por atraso e PVA na entrada em operação de Ivaí, Aimorés e Paraguaçu, (ii) novas emissões de debêntures em Aimorés e Paraguaçu em junho de 2025, (iii) reconhecimento de receita retroativa na ETAU no 4T24. Estes efeitos foram compensados parcialmente por (i) reajuste inflacionário do ciclo 2025-2026 (+7,03% IGP-M e +5,32% IPCA), (ii) melhora na linha de despesa financeira em Ivaí e ETAU devido à queda IPCA entre os trimestres e (iii) maior aproveitamento de incentivos fiscais após recálculo do imposto de renda corrente em função da atualização de tributação dos fluxos de RAP.

A redução de 13,6% entre 2025 e 2024 é explicada principalmente pelos mesmos motivos elencados acima, além de (i) aumento do CDI impactando as despesas financeiras na TBE, (ii) contabilização retroativa de IRPJ no 3T24 referente à renovação do benefício fiscal SUDAM da EATE (TBE), e (iii) baixa de tributos diferidos na ETAU no 1T24 decorrente da alteração de regime tributário. Estes efeitos foram compensados parcialmente pelo reajuste inflacionário nos ciclos da RAP 2024-2025 e pelas menores despesas financeiras em Ivaí entre os períodos comparados.

A diferença entre o Resultado de Equivalência Patrimonial na TAESA e a soma do resultado da ETAU, Aimorés, Paraguaçu, Ivaí e TBE é devido à amortização do ágio oriundo da alocação do preço pago pela aquisição da TBE.

Resultados do 4º trimestre e ano de 2025



4.3.6. Resultado Financeiro Líquido

A despesa financeira líquida regulatória totalizou R\$ 239,0 MM no 4T25, 16,3% menor que o registrado no 4T24. Já em 2025, a despesa financeira líquida regulatória totalizou R\$ 1.037,3 MM, 3,7% maior na comparação anual.

Resultado Financeiro Regulatório

R\$ MM	4T25	4T24	Var.%	2025	2024	Var.%
Receitas Financeiras	36,4	24,6	48,0%	134,3	103,1	30,2%
Renda de aplicação financeira	34,7	19,4	78,9%	120,1	91,3	31,6%
Outras Receitas financeiras	1,7	5,2	-67,1%	14,1	11,9	19,1%
Despesas Financeiras	(275,4)	(310,0)	-11,2%	(1.171,6)	(1.103,8)	6,1%
Juros incorridos	(220,0)	(191,3)	15,0%	(909,0)	(767,0)	18,5%
Variações monetárias	(55,2)	(92,1)	-40,1%	(259,5)	(294,0)	-11,8%
Variações cambiais	1,3	7,7	-83,4%	(3,9)	13,0	n/a
Ajuste ao valor justo	(3,8)	0,0	n/a	(6,3)	-	n/a
Marcação a Mercado	3,8	-	0,0%	6,3	-	0,0%
Outras despesas/receitas financeiras	(1,4)	(34,3)	-95,8%	0,8	(55,8)	n/a
Total Regulatório	(239,0)	(285,4)	-16,3%	(1.037,3)	(1.000,6)	3,7%

O aumento anual de R\$ 11,8 MM nas Receitas Financeiras ocorreu em função do maior volume médio de caixa aplicado entre os trimestres comparados e do aumento do CDI (+3,53% no 4T25 versus +2,63% no 4T24), impactando a renda de aplicação financeira, que foi compensado parcialmente pelo menor volume de depósitos judiciais na linha de outras receitas financeiras. No ano, o aumento de 30,2% em relação a 2024 nessa linha foi motivado principalmente pelo aumento do CDI (+14,2% em 2025 versus +10,8% em 2024) e maior volume médio de caixa aplicado entre os anos.

O aumento de 15,0% entre o 4T25 e o 4T24 na linha de juros incorridos se deve, principalmente, à alta do CDI conforme mencionado acima, ao aumento do volume médio da dívida em CDI, e ao aumento do spread médio das dívidas em IPCA. O aumento de 18,5% entre 2025 e 2024 nesta linha é explicado pela alta do CDI e aumento do volume médio da dívida em função das captações em 2025 (17ª, 18ª e 20ª emissões de debêntures da TAESA).

A redução de R\$ 36,9 MM na linha de variações monetárias, entre o 4T25 e o 4T24, é explicada basicamente pela queda do IPCA registrado entre os trimestres (+0,60% no 4T25 versus +1,48% no 4T24). No ano, a redução de 11,8% nessa linha também é explicada pelos menores IPCA (+4,3% 2025 versus +4,8% 2024) e IGP-M (-1,0% 2025 versus +6,5% 2024) impactando a variação monetária das respectivas dívidas indexadas por estes índices.

A redução de R\$ 6,5 MM entre o 4T25 e o 4T24 e de R\$ 16,9 MM entre 2025 e 2024 na linha de variação cambial, se deve a menor exposição ao câmbio (menor saldo em aberto) e menor variação cambial do NDF (*Non-Deliverable Forward*) na compra de equipamentos em moeda estrangeira em Saíra e Juruá, entre os períodos comparados.

O valor negativo de R\$ 3,8 MM na linha de Ajuste a Valor Justo do 4T25 é explicado pela marcação a mercado (MTM) da ponta ativa dos swaps da 18ª e 17ª emissões de debêntures da Companhia (IPCA) a partir de julho e outubro de 2025. Já o valor positivo de R\$ 3,8 MM na linha de Marcação a Mercado do 4T25 é explicado pelo MTM da 18ª e 17ª emissões de debêntures da Companhia também a partir de julho e outubro de 2025, respectivamente, quando estas operações foram liquidadas. O efeito líquido entre essas duas linhas é nulo como resultado do tratamento contábil do swap (designação do *hedge account* a valor justo). O valor negativo de R\$ 6,3 MM em 2025 é explicado pelos mesmos motivos descritos acima.

Resultados do 4º trimestre e ano de 2025



A linha de outras despesas financeiras melhorou em R\$ 32,3 MM na comparação entre os trimestres explicada, principalmente, pela (i) variação monetária líquida de ativos e passivos regulatórios em 2024, (ii) PIS/COFINS sobre os valores recebidos de JCP das empresas Janaúba, Ivaí, Aimorés e Paraguaçu também em 2024, e (iii) redução da atualização das provisões para riscos judiciais. Já a redução de R\$ 55,0 MM na comparação entre 2025 e 2024 se deve, principalmente, aos eventos em 2024: (i) variação monetária líquida de ativos e passivos regulatórios pelo ajuste extemporâneo referente ao rateio de antecipação e pela contabilização da Parcela de Ajuste – PA de retroatividade; (ii) PIS/COFINS sobre os valores recebidos de Janaúba, Ivaí, Aimorés e Paraguaçu; além dos ganhos com juros sobre compensações de tributos em 2025.

4.3.7. Impostos

A melhora de R\$ 40,5 MM na linha de Imposto de Renda e Contribuição Social reconhecido no resultado regulatório entre o 4T25 e o 4T24 é explicada, principalmente, pela (i) maior dedução do Juros sobre Capital Próprio (JCP), (ii) aumento dos incentivos fiscais SUDAM/SUDENE devido à mudança de regime fiscal de São Pedro para lucro real, (iii) aumento dos benefícios fiscais gerados pelas empresas de lucro presumido, em função do ajuste no tratamento aplicado aos depósitos judiciais, e (iv) maior aproveitamento de incentivos fiscais após recálculo do imposto de renda corrente em função da atualização de tributação dos fluxos de RAP. Estes efeitos foram parcialmente compensados pelo aumento do lucro antes dos impostos.

A melhora de R\$ 95,3 MM de Imposto de Renda e Contribuição Social reconhecido no resultado regulatório entre 2025 e 2024 é explicada basicamente pelos mesmos efeitos explicados acima, além da baixa extemporânea nos passivos diferidos fiscais referentes à amortização de custos de debêntures e ágio no 1T25, compensados parcialmente pelo maior lucro antes dos impostos.

R\$ MM	Regulatório					
Conciliação Imposto	4T25	4T24	Var. %	2025	2024	Var. %
Lucro antes dos impostos (EBT)	266,2	194,2	37,0%	1.034,9	997,6	3,7%
Exclusão Equivalência Patrimonial (EP)	(111,5)	(156,9)	-28,9%	(422,3)	(488,5)	-13,6%
Base excluindo EP	154,6	37,3	314,1%	612,6	509,1	20,3%
JCP distribuídos/recebidos	(144,5)	(59,7)	141,9%	(552,9)	(322,8)	71,3%
Lucro Tributável	10,2	(22,4)	-	59,7	186,3	-68,0%
IRCS (alíquota 34%)	(3,5)	7,6	-	(20,3)	(63,3)	-68,0%
Impacto do Regime de Lucro Presumido	12,7	1,0	1135,5%	41,7	36,1	15,6%
Benefício SUDAM/SUDENE	25,0	(2,2)	-	42,9	21,4	100,7%
Outros	12,6	(0,0)	-	24,8	(0,3)	-
IRPJ e CSLL reconhecido no resultado	46,9	6,4	635,2%	89,2	(6,1)	-
Alíquota Efetiva: IRCS / Base excluindo EP	-30,3%	-17,1%	-13,2 pp	-14,6%	1,2%	-15,8 pp

Alíquota de tributação, partindo Base ex-EP	34,0%	34,0%	34,0%	34,0%
Deduções e benefícios fiscais	-64,3%	-51,1%	-48,6%	-32,8%
JCP	-31,8%	-54,4%	-30,7%	-21,6%
Lucro Presumido	-8,2%	-2,8%	-6,8%	-7,1%
SUDAM/SUDENE	-16,2%	6,0%	-7,0%	-4,2%
Outros	-8,1%	0,1%	-4,1%	0,1%
Alíquota Efetiva	-30,3%	-17,1%	-14,6%	1,2%

Resultados do 4º trimestre e ano de 2025



A tabela abaixo mostra o regime fiscal de cada concessão, bem como indica aquelas concessões que possuem benefício fiscal, a data de término do benefício e a alíquota de PIS e COFINS de cada concessão.

Concessão	Regime Fiscal	Benefício Fiscal	% Área	Fim	PIS	COFINS
TSN *	"Real"	"Sudene"	76%	2031	0,65%	3,00%
Munirah*	"Real"	"Sudene"	100%	2031	0,65%	3,00%
GTESA *	"Real"	"Sudene"	100%	2031	0,65%	3,00%
PATESA *	"Real"	"Sudene"	100%	2031	0,65%	3,00%
NVT *	"Real"	"Sudam"	76%	2033	0,65%	3,00%
ETEO *	"Real"	-	-	-	0,65%	3,00%
NTE *	"Real"	-	-	-	0,65%	3,00%
STE *	"Real"	-	-	-	0,65%	3,00%
ATE I *	"Real"	-	-	-	0,65%	3,00%
ATE II	"Real"	"Sudene/Sudam"	100%	2031/2032	1,65%	7,60%
ATE III	"Real"	"Sudam"	100%	2027	1,65%	7,60%
Saíra	"Real"	-	-	-	1,65%	7,60%
Sant'Ana	"Real"	-	-	-	1,65%	7,60%
BRASNORTE	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
ETAU	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
São Gotardo	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
Mariana	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
Miracema	"Real"	"Sudam"	100%	2032	1,65%	7,60%
Janaúba	"Real"	"Sudene"	100%	2031	1,65%	7,60%
Aimorés	"Real"	"Sudene"	100%	2032	1,65%	7,60%
Paraguaçu	"Real"	"Sudene"	100%	2032	1,65%	7,60%
São João	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
São Pedro **	"Real"	-	-	-	1,65%	7,60%
Lagoa Nova	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
Ananaí	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
Juruá	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
Pitiguari	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
Tangará	"Presumido"	-	-	(1)	0,65%	3,00%
EATE	"Real"	"Sudam"	100%	2033	0,65%	3,00%
ENTE ***	"Real"	"Sudam"	100%	2025	0,65%	3,00%
ECTE	"Real"	-	-	-	0,65%	3,00%
ETEP ***	"Real"	"Sudam"	100%	2025	0,65%	3,00%
ERTE	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
LUMITRANS	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
EBTE	"Real"	"Sudam"	100%	2031	1,65%	7,60%
ESDE	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
STC	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
ETSE	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
ESTE	"Real"	"Sudene"	38%	2032	1,65%	7,60%
Ivaí	"Real"	-	-	-	1,65%	7,60%
TRANSUDESTE	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
TRANSLESTE	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
TRANSIRAPÉ	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
EDTE	"Real"	"Sudene"	100%	2029	1,65%	7,60%

* Empresas que apuram PIS/COFINS tanto pelo Regime Cumulativo (Receita de Transmissão) quanto pelo Regime não Cumulativo (novas receitas).

** São Pedro passou a ser tributado pelo lucro real em janeiro de 2026.

*** As empresas ENTE e ETEP estão em processo de renovação do benefício fiscal SUDAM.

(1) A obtenção do benefício ocorrerá junto a entrada em operação do projeto, quando o prazo do benefício também será determinado.

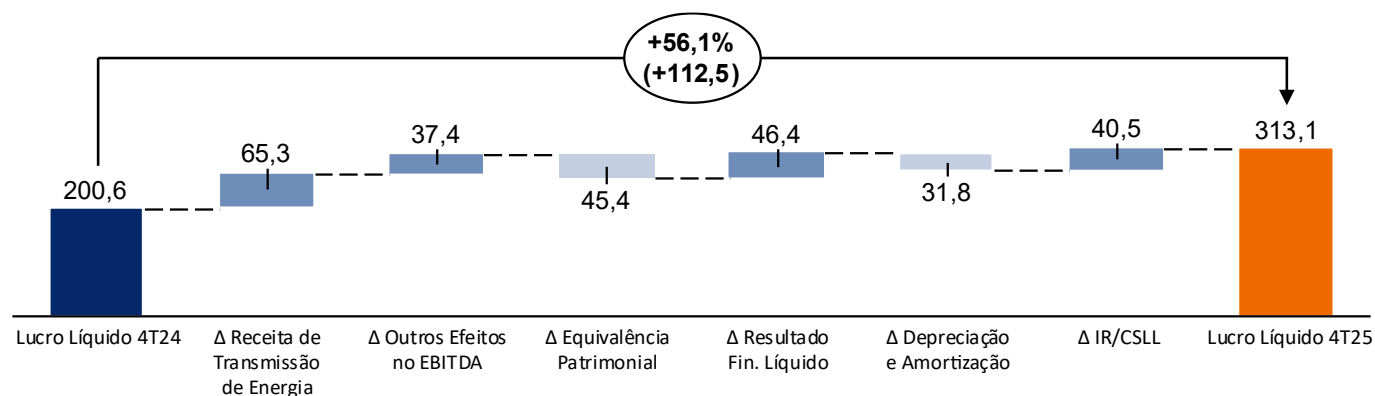
Resultados do 4º trimestre e ano de 2025



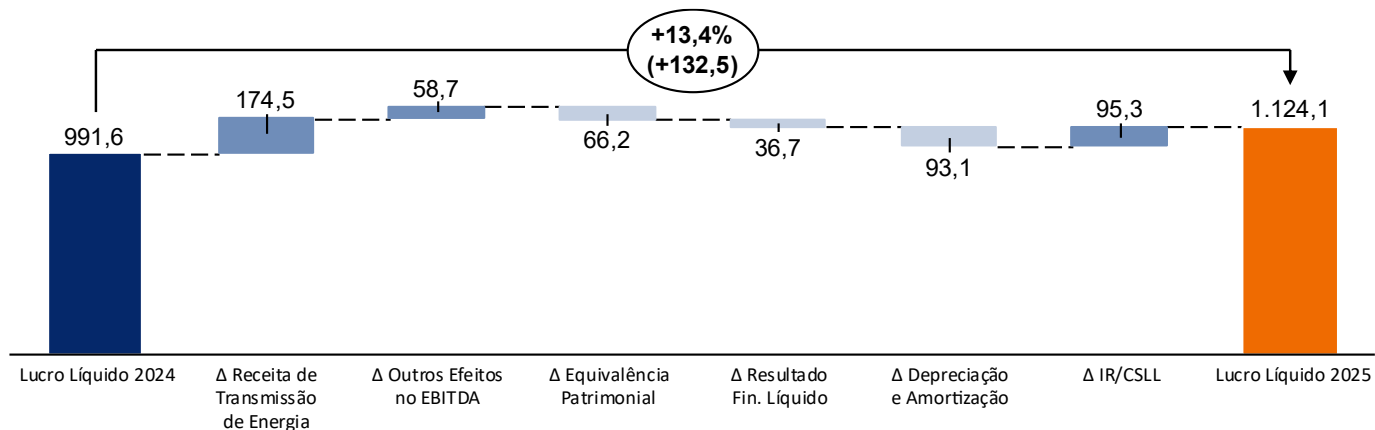
4.3.8. Lucro Líquido

Lucro Líquido Regulatório somou R\$ 313,1 MM no 4T25, apresentando um aumento anual de 56,1%. Já em 2025, o Lucro Líquido Regulatório fechou em R\$ 1.124,1 MM, 13,4% maior que o mesmo período do ano anterior.

Lucro Líquido Regulatório – 4T25:



Lucro Líquido Regulatório – 2025:



Resultados do 4º trimestre e ano de 2025



4.4. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

Em Assembleia de Acionistas ocorrida no dia 29 de abril de 2025, os acionistas aprovaram a proposta da administração quanto à destinação dos resultados do exercício social de 2024, dos quais: (i) R\$ 783,5 MM para reserva de lucros a realizar; (iii) R\$ 598,6 MM em proventos pagos ao longo de 2024 e início de 2025, sendo R\$ 197,8 MM em dividendos intercalares e R\$ 400,9 MM em Juros sobre Capital Próprio (JCP); e (iv) R\$ 301,5 MM (R\$ 0,88 / Unit) em dividendos mínimos obrigatórios remanescentes a serem pagos em duas parcelas: (i) R\$ 190,6 MM (R\$ 0,55 / Unit) em 28 de maio de 2025, e (ii) R\$ 110,9 MM (R\$ 0,32 / Unit) em 27 de novembro de 2025. Com isso, o montante total de proventos distribuídos sobre o resultado de 2024 foi R\$ 900,1 MM (R\$ 2,61 / Unit), representando um *payout* de 90,8% do lucro líquido regulatório.

Em 7 de maio de 2025, o Conselho de Administração aprovou a distribuição de proventos com base no resultado levantado em 31 de março de 2025, no montante de R\$ 188,3 MM (R\$ 0,55 / Unit) a título de JCP. Este montante equivale a 100% do lucro líquido regulatório apurado no primeiro trimestre de 2025. O pagamento ocorreu no dia 27 de agosto de 2025, a partir da data base de 12 de maio de 2025.

Em 13 de agosto de 2025, o Conselho de Administração aprovou a distribuição de proventos com base no resultado do 2T25, no montante de R\$ 299,4 MM (R\$ 0,87 / Unit), sendo R\$ 220,1 MM (R\$ 0,64 / Unit) a título de JCP e R\$ 79,3 MM (R\$ 0,23 / Unit) em dividendos intercalares. Este montante equivale a 100% do lucro líquido regulatório apurado no segundo trimestre de 2025. O pagamento ocorrerá no dia 27 de novembro de 2025, a partir da data base de 18 de agosto de 2025.

Em 11 de novembro de 2025 o Conselho de Administração aprovou a distribuição de proventos com base no resultado do 3T25, no montante de R\$ 323,3 MM (R\$ 0,94 / Unit), sendo R\$ 144,5 MM (R\$ 0,42 / Unit) a título de JCP e R\$ 178,8 MM (R\$ 0,52 / Unit) em dividendos intercalares. Este montante equivale a 100% do lucro líquido regulatório apurado no terceiro trimestre de 2025. O pagamento ocorrerá no dia 28 de janeiro de 2026, a partir da data base de 14 de novembro de 2025.

Na data de hoje, o Conselho de Administração aprovou a proposta de destinação do lucro do exercício de 2025, que será submetida a aprovação em Assembleia de Acionistas, da seguinte forma: (i) R\$ 11,3 MM para reserva de incentivo fiscal; (ii) R\$ 444,4 MM para reserva de lucros a realizar; (iii) R\$ 811,0 MM em proventos pagos ao longo de 2025 e início de 2026, sendo R\$ 258,1 MM em dividendos intercalares e R\$ 552,9 MM em Juros sobre Capital Próprio (JCP); e (iv) R\$ 52,9 MM (R\$ 0,15 / Unit) em dividendos mínimos obrigatórios remanescentes e R\$ 260,2 MM de dividendos adicionais (R\$ 0,76 / Unit), ambos a serem pagos em 27 de maio de 2026. A TAESA convocará a Assembleia de Acionistas para aprovar os resultados do exercício social de 2025 e a sua proposta de destinação dos resultados.

Caso seja aprovada em Assembleia, o total de dividendos e JCP distribuídos referente ao exercício social de 2025 será de R\$ 1.124,1 MM (R\$ 3,26 / Unit), representando um *payout* de 100% do lucro líquido Regulatório.

Resultados do 4º trimestre e ano de 2025



4.5. Endividamento

No 4T25, a Dívida Bruta da Companhia totalizou R\$ 11.149,2 MM, 6,9% maior que o trimestre anterior. O caixa da Companhia ficou em R\$ 1.325,5 MM, registrando um aumento de 19,0% no trimestre e resultando em uma dívida líquida de R\$ 9.823,6 MM, 5,5% maior que o 3T25.

R\$ MM

Dívida Líquida	4T25	% Dív Bruta	3T25	% Dív Bruta	Var. %
Curto Prazo	1.504,4	13,5%	1.191,4	11,4%	26,3%
Cesta de Moedas	(2,9)	0,0%	(3,0)	0,0%	-4,2%
CDI	801,7	7,2%	561,4	5,4%	42,8%
IPCA	701,2	6,3%	633,4	6,1%	10,7%
IGP-M	4,4	0,0%	(0,3)	0,0%	-1751,1%
Longo Prazo	9.644,8	86,5%	9.234,5	88,6%	4,4%
Cesta de Moedas	(1,1)	0,0%	(1,9)	0,0%	-42,8%
CDI	2.293,9	20,6%	2.450,2	23,5%	-6,4%
IPCA	7.037,5	63,1%	6.472,9	62,1%	8,7%
IGP-M	314,5	2,8%	313,3	2,8%	0,4%
Endividamento Total	11.149,2	100,0%	10.426,0	100,0%	6,9%
(-) Caixa e Aplicações*	(1.325,5)		(1.113,6)		19,0%
(=) Dívida Líquida	9.823,6		9.312,4		5,5%

* O valor do caixa é a soma das linhas caixa e equivalente de caixa e títulos e valores mobiliários.

O aumento de 19% no Caixa e Aplicações no trimestre é explicado principalmente pela 20ª emissão de debêntures da TAESA no valor de R\$ 600 MM, pela geração de caixa e recebimento de dividendos das participadas. Estes efeitos foram compensados, em parte, pelo pagamento no valor de aproximadamente (i) R\$ 215 milhões em juros e amortização referente a 2ª, 6ª, 8ª, 10ª e 12ª emissões de debêntures da TAESA, (ii) R\$ 423,1 MM em Capex no trimestre, e (iii) R\$ 378,9 MM em proventos pagos em novembro de 2025.

Consolidando proporcionalmente as empresas controladas em conjunto e coligadas, o total da dívida bruta seria de R\$ 13.954,9 MM e o caixa de R\$ 1.568,3 MM, considerando os seguintes valores: (i) dívidas da TBE no montante de R\$ 1.313,3 MM e caixa/aplicações de R\$ 153,7 MM; (ii) caixa/aplicações da ETAU de R\$ 7,3 MM; e (iii) dívidas da AIE (Aimorés, Paraguaçu e Ivaí) de R\$ 1.492,5 MM e caixa/aplicações de R\$ 81,8 MM.

Considerando a dívida líquida proporcional das empresas controladas em conjunto e coligadas, a relação dívida líquida sobre EBITDA ficou em 4,1x no 4T25, em linha ao valor registrado ao longo de 2025.

Dívida por Empresa (R\$ MM)

Empresa	Dívida Bruta R\$ MM	Caixa e Equiv. R\$ MM	Dívida Líquida R\$ MM
TAESA	11.149,2	1.325,5	9.823,6
ETAU (75,6%)	0,0	7,3	-7,3
TBE (49,99%)	1.313,3	153,7	1.159,6
AIE (50%)	1.492,5	81,8	1.410,7
TOTAL	13.954,9	1.568,3	12.386,6

Resultados do 4º trimestre e ano de 2025



A dívida da TAESA, das investidas em conjunto e coligadas está detalhada na tabela abaixo, de forma proporcional à participação da TAESA em cada emissora da dívida.

Empresa	Credor	Série	Índice	Valor da Emissão	Principal (R\$ / mil)	Juros (R\$ / mil)	Custo	Rating da Emissão	Emissão	Vencimento	Amortização	Cupons por Ano	
TAESA	6ª Debêntures	1ª série	CDI	850.000	443.815	15.315	108% CDI	AAA.br	mai/2019	mai/2026	Bullet	2	
		2ª série	IPCA	210.000	287.353	1.877	IPCA + 5,50%	AAA.br	mai/2019	mai/2044	Semestral	2	
	7ª Debêntures	Única	IPCA	508.960	871.231	11.737	IPCA + 4,50%	AAA.br	out/2019	set/2044	anual	1	
		Única	IPCA	300.000	370.793	779	IPCA + 4,7742%	AAA.br	jan/2020	dez/2044	Semestral	2	
	10ª Debêntures	1ª série	CDI	650.000	348.433	6.577	CDI + 1,70%	AAA(bra)	mai/2021	mai/2028	Bullet	2	
		2ª série	IPCA	100.000	126.678	720	IPCA + 4,7605%	AAA(bra)	mai/2021	mai/2036	3ª, 4ª e 5ª ano	2	
	11ª Debêntures	2ª série	CDI	650.000	433.172	32.335	CDI + 1,36%	AAA(bra)	jan/2022	mai/2027	Anual	2	
		1ª série	IPCA	630.783	720.911	8.431	IPCA + 5,60%	AAA.br	abr/2022	abr/2029	Bullet	2	
	12ª Debêntures	2ª série	IPCA	300.410	337.773	4.121	IPCA + 5,75%	AAA.br	abr/2022	abr/2032	8ª, 9ª e 10ª ano	2	
		3ª série	IPCA	318.807	359.109	4.447	IPCA + 5,85%	AAA.br	abr/2022	abr/2037	13ª, 14ª e 15ª ano	2	
		1ª série	IPCA	327.835	351.255	6.201	IPCA + 5,8741%	AAA(bra)	set/2023	set/2033	Bullet	2	
	14ª Debêntures	2ª série	IPCA	86.261	84.561	1.684	IPCA + 6,0653%	AAA(bra)	set/2023	set/2035	Bullet	2	
		3ª série	IPCA	385.904	415.362	7.782	IPCA + 6,2709%	AAA(bra)	set/2023	set/2038	13ª, 14ª e 15ª ano	2	
		1ª série	CDI	1.000.000	993.925	44.153	CDI + 0,63%	AAA(bra)	mar/2024	mar/2029	Bullet	2	
	15ª Debêntures	2ª série	IGP-M	300.000	313.399	5.446	IGP-M + 5,8438%	AAA(bra)	mar/2024	mar/2034	8ª, 9ª e 10ª ano	2	
		Única	CDI	400.000	399.042	17.562	CDI + 0,55%	AAA(bra)	set/2024	set/2031	6ª e 7ª ano	2	
	16ª Debêntures	Única	IPCA	650.000	650.046	36.606	IPCA + 7,1690%	AAA.br	jan/2025	jan/2040	13ª, 14ª e 15ª ano	2	
	17ª Debêntures	1ª série	IPCA	400.000	393.519	13.292	IPCA + 7,1499%	AAA.br	jul/2025	jul/2032	6ª e 7ª ano	2	
		2ª série	IPCA	400.000	393.519	13.645	IPCA + 7,0564%	AAA.br	jul/2025	jul/2035	8ª, 9ª e 10ª ano	2	
	19ª Debêntures	Única	CDI	600.000	320.323	8.052	CDI + 0,60%	AAA.br	out/2025	out/2032	6ª e 7ª ano	2	
	20ª Debêntures	Única	IPCA	688.000	573.976	1.196	IPCA + 6,47%	AAA.br	dez/2025	dez/2040	12ª, 13ª, 14ª e 15ª ano	1	
		SWAP 1ª Série da 6ª emissão (BR Partners)	1ª série	IPCA	100.000	138.990	0	IPCA + 3,995%	-	ago/2019	mai/2026	Bullet	2
		SWAP 1ª Série da 6ª emissão (Santander)	1ª série	IPCA	100.000	138.744	0	IPCA + 3,99%	-	ago/2019	mai/2026	Bullet	2
		SWAP 1ª Série da 6ª emissão (Itaú)	1ª série	IPCA	50.000	68.399	0	IPCA + 3,94%	-	set/2019	mai/2026	Bullet	2
		SWAP 1ª Série da 6ª emissão (BR Partners)	1ª série	IPCA	50.000	69.394	0	IPCA + 3,91%	-	set/2019	mai/2026	Bullet	2
		SWAP 1ª Série da 6ª emissão (Santander)	1ª série	IPCA	50.000	68.193	0	IPCA + 3,66%	-	set/2019	mai/2026	Bullet	2
SWAP 1ª Série da 6ª emissão (ABC)		1ª série	IPCA	50.000	68.215	0	IPCA + 3,59%	-	set/2019	mai/2026	Bullet	2	
SWAP 17ª Emissão		Única	CDI	650.000	0	14.958	CDI + 0,84%	-	out/2025	jan/2040	Bullet	2	
SWAP 18ª Emissão		1ª série	CDI	400.000	0	6.422	CDI - 0,7306%	-	jul/2025	jul/2032	Anual	2	
SWAP 18ª Emissão		2ª série	CDI	400.000	0	5.967	CDI - 0,7862%	-	jul/2025	jul/2035	Anual	2	
Non-Deliverable Forward (NDF)		Única	-	142.619	-3.953	0	-	-	Jul/2023	out/2026	Bullet	-	
Janaúba	1ª Debêntures	Única	IPCA	224.000	230.605	4.929	IPCA + 4,5%	-	fev/2019	jul/2033	Semestral	2	
	2ª Debêntures	Única	IPCA	575.000	862.972	1.826	IPCA + 4,8295%	-	dez/2019	dez/2044	Anual	2	
Lagoa Nova	Financiamento BNB	Única	IPCA	62.750	41.652	1.693	IPCA + 2,109%	-	nov/2018	mai/2038	Mensal	12	
EATE	11ª Debêntures	Única	CDI	310.000	154.620	1.535	CDI + 1,65%	-	dez/2023	dez/2028	3ª, 4ª e 5ª ano	12	
	12ª Debêntures	Única	CDI	255.000	127.076	6.121	CDI + 0,89%	-	set/2024	set/2029	4ª e 5ª ano	1	
	13ª Debêntures	1ª série	CDI	87.000	43.377	252	CDI + 0,67%	-	jun/2025	jun/2030	3ª, 4ª e 5ª ano	2	
		2ª série	IPCA	87.000	123.019	1.955	IPCA + 7,4512%	-	jun/2025	jun/2030	4ª e 5ª ano	2	
EBTE	14ª Debêntures	Única	CDI	150.000	74.791	1.554	CDI + 0,47%	-	nov/2025	mai/2030	4ª e 5ª ano	2	
	4ª Debêntures	Única	CDI	83.000	61.623	358	CDI + 0,67%	-	jun/2025	jun/2030	4ª e 5ª ano	2	
EDTE	5ª Debêntures	Única	CDI	45.000	33.390	691	CDI + 0,39%	-	nov/2025	nov/2030	1ª, 2ª, 3ª e 5ª ano	2	
	2ª Debêntures	Única	IPCA	50.000	116.822	53.632	IPCA + 5,29%	-	dez/2018	dez/2028	Semestral	2	
ECTE	8ª Debêntures	Única	CDI	194.580	34.656	328	CDI + 0,89%	-	set/2024	set/2029	Trimestral	4	
	9ª Debêntures	Única	CDI	50.000	9.509	55	CDI + 0,67%	-	jun/2025	jun/2030	1ª, 2ª, 3ª e 5ª ano	2	
	10ª Debêntures	Única	CDI	60.000	11.417	237	CDI + 0,47%	-	nov/2025	mai/2030	2ª, 4ª e 5ª ano	2	
ENTE	6ª Debêntures	Única	CDI	30.000	24.922	248	CDI + 1,65%	-	dez/2023	dez/2028	3ª, 4ª e 5ª ano	12	
	7ª Debêntures	Única	CDI	50.000	23.388	1.042	CDI + 0,89%	-	set/2024	set/2029	4ª e 5ª ano	2	
	8ª Debêntures	Única	CDI	30.000	14.921	311	CDI + 0,47%	-	nov/2025	nov/2030	4ª e 5ª ano	2	
ETEP	6ª Debêntures	Única	CDI	35.000	48.810	2.352	CDI + 0,89%	-	set/2024	set/2029	4ª e 5ª ano	2	
	7ª Debêntures	Única	CDI	35.000	17.433	355	CDI + 0,18%	-	nov/2025	mai/2027	1ª, 2ª ano	2	
ESTE	1ª Debêntures	Única	IPCA	254.363	306.325	1.170	IPCA + 4,5%	-	dez/2019	dez/2044	Semestral	2	
TRANSIRAPÉ	BDMG	Única	pré-fix	1.824	871	85	TJLP + 3,5%	-	out/2014	out/2029	Mensal	12	
	3ª Debentures	Única	CDI	25.000	13.495	517	CDI + 1,9%	-	abr/2021	abr/2026	4 e 5ª ano	2	
IVAI	1ª Debêntures	Única	IPCA	2.364.612	1.141.477	0	IPCA + 4,9982%	-	dez/2019	dez/2043	Semestral	2	
AIMORÉS	1ª Debêntures	1ª série	CDI	201.000	100.274	633	CDI + 0,50%	-	jun/2025	jun/2030	Bullet	2	
		2ª série	CDI	49.000	24.274	155	CDI + 0,59%	-	jun/2025	jun/2032	6ª e 7ª ano	2	
PARAGUAÇU	1ª Debêntures	1ª série	CDI	364.000	181.618	1.147	CDI + 0,50%	-	jun/2025	jun/2030	Bullet	2	
		2ª série	CDI	86.000	42.618	273	CDI + 0,59%	-	jun/2025	jun/2032	6ª e 7ª ano	2	
Total					13.602.128	352.759							

Resultados do 4º trimestre e ano de 2025



4.6. Empreendimentos em Implantação

Projetos Greenfield

A Companhia possui atualmente quatro *projetos greenfield* em implantação com um investimento total ANEEL de R\$ 4,3 bilhões e uma RAP de R\$ 490,7 MM (ciclo RAP 2025-2026) – uma parte dessa RAP já em operação (R\$ 137,5 MM de Saíra e R\$ 35,1 MM de Tangará). Vale ressaltar que o empreendimento de Pitiguari entrou em operação total em junho de 2025, com mais de 21 meses de antecipação ao prazo limite exigido pela ANEEL.

Leilões	Empreendimento	Extensão/ Localização	Parceria	RAP (ciclo 2025-26) R\$ MM	Capex ANEEL R\$ MM	Assinatura do Contrato	Prazo de Conclusão ANEEL	Status
Leilão 001/2022 Jun/22	Pitiguari (Lote 10)	93 km / Santa Catarina	100% TAESA	23,4	243	set/22	mar/27	Energizado - 80% em jun/26 - 20% em dez/25
Leilão 002/2021 Dez/21	Ananai (Lote 1)	363 km / São Paulo e Paraná	100% TAESA	171,1	1.750	mar/22	mar/27	Em andamento
Leilão 002/2022 Dez/22	Tangará (Lote 3)	279 km / Maranhão e Pará	100% TAESA	108,3	1.117	mar/23	mar/28	RAP Parcial Habilitada ~32,5% entre fev-mar/26
Leilão 002/2022 Dez/22	Saíra (Lote 5)	743 km / Rio Grande do Sul e Santa Catarina	100% TAESA	191,7	1.176	mar/23	mar/28	RAP Parcial Habilitada ~72% em mar/23
Leilão 002/2024 Set/24	Juruá (Lote 3)	1,2 km / São Paulo	100% TAESA	19,6	244	dez/24	jun/28	Em andamento

Obs: Os valores da RAP apresentados na tabela acima estão adicionados de PIS/COFINS e consideram *stake* TAESA para RAP e CAPEX.

Reforços e Melhorias

A Companhia possui atualmente reforços em construção com destaque para cinco reforços que totalizam um investimento ANEEL de R\$ 348,8 MM e uma RAP autorizada de R\$ 63,7 MM (tabela abaixo).

Em 2025, a TAESA cadastrou uma série de reforços e melhorias no Sistema de Gerenciamento dos Planos de Melhorias e Reforços (SGPMR) que resultou na inclusão pelo ONS de 48 reforços no Plano de Outorgas de Transmissão de Energia Elétrica (POTEE) e de 25 melhorias no Plano de Modernização de Instalações (PMI). Esses empreendimentos foram autorizados pela ANEEL em janeiro de 2026, por meio do Despacho nº 200, totalizando um CAPEX estimado de R\$ 184,5 milhões e R\$ 8,9 milhões para reforços e melhorias, respectivamente, com prazo de execução de 36 meses.

Leilões	Empreendimento	Extensão/ Localização	Parceria	RAP (ciclo 2025-26) R\$ MM	Capex ANEEL R\$ MM	Data da Autorização	Prazo de Conclusão ANEEL	Status
REA nº 12.850/2022 REA nº 12.823/2022	Novatrans*	1.278 km / Maranhão, Tocantins e Goiás	100% TAESA	10,8 28,1	73,3 189,3	out/22	abr/25 mai/25	Energizado (dez/24) Energizado ~35% em nov/24 ~65% em fev/25
REA nº 15.027/2024 Despacho nº 677/2024 Despacho nº 420/2026	São Pedro	418 km / Piauí e Bahia	100% TAESA	6,4 5,3 5,3	40,9 34,6 37,6	abri/2023 mar/2024 fev/2026	nov/2025 set/2026 dez/2028	Energizado (nov-dez/25) Em andamento Nova autorização
REA nº 15.196/2024	ATE III	454 km / Pará e Tocantins	100% TAESA	6,7	42	mar/24	mar/26	Energizado (mar/26)
REA nº 14.819/2023	ATE	370 km / São Paulo e Paraná	100% TAESA	18,7	81	ago/23	abr/26	Em andamento
REA nº 15.573/2024	EATE	927km / Pará e Maranhão	49,98% TAESA	24,0	137	out/24	dez/27	Em andamento
REA nº 15.573/2024	ENTE	459 km / Pará e Maranhão	49,99% TAESA	10,4	59	out/24	jun/29	Em andamento

*Entrada dos reforços de Novatrans entre dez-2024 e fev-2025, sendo sua RAP definitiva, sendo a RAP definitiva contabilizada de R\$ 34,5

Obs: Os valores da RAP apresentados na tabela acima estão adicionados de PIS/COFINS e consideram *stake* TAESA para RAP e CAPEX.

Resultados do 4º trimestre e ano de 2025



4.6.1. Investimentos

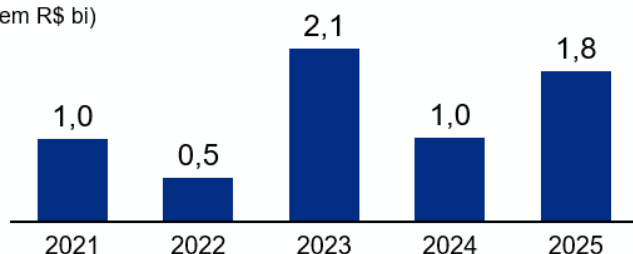
Em 2025, a Companhia, suas controladas, investidas em conjunto e coligadas investiram o total de R\$ 1.782,8 MM contra R\$ 999,6 MM investidos em 2024, referentes aos empreendimentos em implantação. O aumento de R\$ 783,2 MM entre os períodos comparados se deve, principalmente, aos maiores investimentos nos empreendimentos Tangará, Ananaí e Saira (2ª fase) e nos reforços de São Pedro, ATE e ATE III. Estes efeitos foram compensados por menores investimentos nos empreendimentos de Pitiguari e nos reforços de Novatrans e TSN em função das suas energizações ocorridas entre novembro 2024 e setembro de 2025.

Projetos em construção - proporcional à participação da TAESA

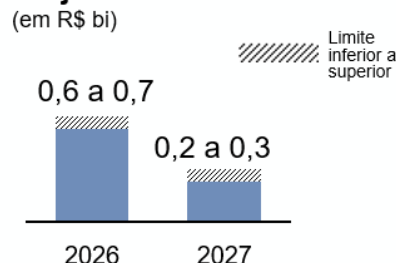
Projetos em construção – proporcional à participação da AESA											
R\$ MM	Custo de Implementação (Capex)										TOTAL
	2015-2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	
Mariana	25,9	38,1	22,8	55,1	34,6	-	-	-	-	-	176,5
Miracema	1,2	41,7	115,0	110,7	-	-	-	-	-	-	268,6
Janaúba	-	10,2	30,7	116,1	655,1	162,1	-	-	-	-	974,2
Aimorés	-	3,9	3,6	65,9	82,0	15,8	37,4	-	-	-	208,6
Paraguaçu	-	5,8	4,6	110,8	109,0	40,5	92,7	-	-	-	363,4
Ivaí	-	8,7	12,7	46,2	379,1	348,5	131,2	248,1	-	-	1.174,5
ESTE	-	0,9	4,5	6,2	122,5	140,8	28,5	-	-	-	303,4
EDTE	-	-	14,6	175,2	1,8	-	-	-	-	-	191,6
Sant'Ana	-	-	-	32,2	151,0	268,3	118,4	124,3	-	-	694,2
Ananaí	-	-	-	-	-	-	106,9	581,1	304,7	651,8	1.644,5
Pitiguari	-	-	-	-	-	-	3,8	27,6	147,5	55,8	234,7
Tangará	-	-	-	-	-	-	-	78,1	221,3	626,4	925,8
Saira ¹	-	-	-	-	-	-	-	927,9	59,4	251,0	1.238,4
Juruá	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,9	0,9
Novatrans ²	-	-	-	-	-	-	-	46,1	170,4	18,5	235,0
TSN ³	-	-	-	-	-	-	-	17,7	68,4	22,0	108,1
São Pedro ⁴	-	-	-	-	-	-	-	0,1	7,9	62,1	70,1
ATE ⁵	-	-	-	-	-	-	-	1,3	14,4	57,4	73,1
ATE III ⁶	-	-	-	-	-	-	-	-	5,5	37,1	42,6
Total	27,1	109,2	208,7	718,3	1.535,2	975,9	519,0	2.052,4	999,6	1.782,8	8.928,2

Obs: Os valores apresentados na tabela acima consideram os custos de implementação de infraestrutura em cada um dos projetos pelo regime de competência, em linha com o resultado em IFRS divulgado pela companhia. Os valores apresentados de reforços (Novatrans, TSN, São Pedro, ATE e ATE III) a partir de 2023 são majoritariamente referentes às REAs destacadas neste documento, mas podem considerar reforços de menor porte ou melhorias que não foram mencionados aqui. (1) O valor de 2023 inclui o pagamento da indenização de R\$ 870,6 MM à concessionária anterior. (2) Os valores de Novatrans são referentes principalmente aos reforços autorizados através das Resoluções Autorizativas ANEEL (REA) nº 12.850/2022 e 12.823/2022. (3) O valor da TSN é referente principalmente ao reforço autorizado através da Resolução Autorizativa ANEEL (REA) nº 13.194/2022. (4) O valor de São Pedro é referente principalmente aos reforços autorizados através da Resolução Autorizativa ANEEL (REA) nº 15.027/2024 e Despacho ANEEL nº 677/2024. (5) O valor da ATE é referente principalmente ao reforço autorizado através da Resolução Autorizativa ANEEL (REA) nº 14.819/2023. (6) O valor da ATE III acima é referente principalmente a reforços de pequeno porte e melhorias.

CAPEX realizado (em R\$ bi)



Projetos contratados (em R\$ bi)



Resultados do 4º trimestre e ano de 2025



4.6.2. Premissas Divulgadas

Visando maior transparência e com o intuito de facilitar o cálculo e modelagem do fluxo de caixa da Companhia, segue abaixo algumas premissas dos empreendimentos atualmente em construção, arrematados em leilões (*greenfield*).

Antecipação de entrada em operação versus prazo ANEEL:

- Ananaí: cerca de 10 meses
- Tangará: cerca de 23 a 25 meses
- Saíra (2ª fase): cerca de 20 meses
- Juruá (lote 3): 6 meses (limite do edital)

Eficiência do CAPEX versus CAPEX ANEEL:

- Pitiguari, Ananaí, Tangará e Saíra (2ª fase): média de 15%
- Juruá: mais que 25%

Outras premissas – Juruá:

- 80% do CAPEX concentrado em equipamentos
- Mais de 50% do CAPEX a ser desembolsado no último ano da obra
- Margem EBITDA acima de 90%
- Regime de lucro presumido

Resultados do 4º trimestre e ano de 2025



4.6.3. Status dos Projetos

Ivaí

- Projeto básico protocolado na ANEEL.
- Protocolado EIA/RIMA junto ao IAP.
- Licença Prévia (LP) para as instalações de 230 kV emitida em setembro de 2018.
- Alteração da denominação social de Elétricas Reunidas do Brasil S.A. (ERB1) para Interligação Elétrica Ivaí S.A.
- Licença de Instalação (LI) emitida para SE Sarandi de 525/230 kV em abril de 2019, SE Paranavaí Norte - 230/138 kV em maio de 2019, LT 230 kV Sarandi - Paranavaí Norte em junho de 2019, e para SEs de Londrina de 525 kV, Foz do Iguaçu de 525 kV e Guaíra de 525 kV/230 kV e LT 525 kV Sarandi - Londrina em agosto de 2019.
- 1ª emissão de debêntures de Ivaí em janeiro de 2020.
- Emissão dos Termos de Liberação provisórios (i) em novembro de 2022, para o corredor de 525kV para as linhas de transmissão LT Foz do Iguaçu – Guaíra (circuito duplo), Módulos Gerais 525 kV das SE Foz do Iguaçu e SE Guaíra, Bancos de Reatores 525 kV da SE Guaíra, e (ii) em maio de 2023, para os Bancos de Transformadores 525/230 kV da SE Guaíra. Emissão dos TLDs para esses trechos em maio de 2023.
- Emissão dos Termos de Liberação provisórios para o corredor de 525 kV para as linhas de transmissão LT 525 kV Guaíra – Sarandi (circuito duplo) em novembro de 2022, com emissão de TLD em dezembro de 2022.
- Emissão dos Termos de Liberação provisórios para o corredor de 525kV dos Bancos de Reatores da SE Guaíra em novembro de 2022, com emissão de TLD em janeiro de 2023.
- Emissão dos Termos de Liberação provisórios para início da operação comercial do Banco de Capacitores 138kV-30 Mvar da SE Paranavaí Norte, o Módulo Geral 230 kV da SE Paranavaí Norte com interligações, Bancos de Transformadores 230/138 kV da SE Paranavaí Norte, LT 230 kV Sarandi – Paranavaí Norte (circuito duplo) e entradas de linha 138 kV Paranavaí e a LT 230 kV Sarandi-Paranavaí Norte (circuito duplo) em janeiro de 2023, com emissão de TLD em abril de 2023.
- Emissão dos Termos de Liberação provisórios e TLD para LT 525 kV Sarandi – Londrina C1 em novembro de 2022. Emissão dos Termos de Liberação provisórios para LT 525 kV Sarandi – Londrina C2 em novembro de 2022. Emissão de TLD para o Módulo Geral 525 kV da SE Londrina em novembro de 2022.
- Emissão dos Termos de Liberação provisórios para o Módulo Geral 525 kV da SE Sarandi, os Bancos de Reatores 525 kV SE Sarandi, e os Bancos de Transformadores 525/230 kV SE Sarandi em novembro de 2022. Emissão dos TLDs para estes trechos em agosto de 2023.
- Atendimento de requisitos para fins de liberação de garantia no processo de debêntures emitidas.
- Emissão do TLD LT 525 kV Sarandi – Londrina C2 em março de 2023.
- Entrada em operação comercial total em março de 2024.

Ananai

- Constituição da empresa Ananai Transmissora de Energia Elétrica S.A. para construir e operar o Lote 1 do Leilão 002/2021.
- Assinatura do contrato de concessão em 31 de março de 2022.
- Licença Prévia (LP) para o trecho da LT 525 kV Bateias – Curitiba Leste emitida em agosto de 2023 e para o trecho da LT 500 kV Ponta Grossa – Assis emitida em setembro de 2023.
- Licença de Instalação (LI) para o trecho da LT 525 kV Bateias – Curitiba Leste, incluindo as obras de ampliação das subestações SE Bateias e SE Curitiba Leste a serem interligadas, emitida em junho de 2024.
- Licença de Instalação (LI) para o trecho da LT 500 kV Ponta Grossa – Assis, incluindo as obras de ampliação das Subestações SE Ponta Grossa e SE Assis a serem interligadas, emitida em novembro de 2024.

Resultados do 4º trimestre e ano de 2025



- Avanço físico: 80,1% em 31 de dezembro de 2025.

Pitiguari

- Constituição da empresa Pitiguari Transmissora de Energia Elétrica S.A. para construir e operar o Lote 10 do Leilão 001/2022.
- Assinatura do contrato de concessão em 30 de setembro de 2022.
- Licença Prévia (LP) para os trechos LT 230 kV Abdon Batista – Videira e LT 230 Kv Abdon Batista – Barra Grande emitida em agosto de 2023.
- Licença de Instalação (LI) para os trechos LT 230 kV Abdon Batista – Videira e LT 230 kV Abdon Batista – Barra Grande, incluindo as obras de ampliação das subestações SE Barra Grande, SE Abdon Batista e SE Videira, emitida em fevereiro de 2024.
- Emissão do Termo de Liberação do trecho LT 230 kV Abdon Batista – Barra Grande em dezembro de 2024, representando 20% da RAP do empreendimento.
- Emissão do Termo de Liberação do trecho LT 230 kV Abdon Batista – Videira C1 em junho de 2025. Com esta liberação, Pitiguari passa a receber 100% da RAP do empreendimento.
- Entrada em operação comercial em junho de 2025.

Tangará

- Constituição da empresa Tangará Transmissora de Energia Elétrica S.A. para construir e operar o Lote 3 do Leilão 002/2022.
- Assinatura do contrato de concessão em 30 de março de 2023.
- Licença Prévia para Subestação Santa Luzia III emitida em dezembro de 2023 e para LT 230kV Açailândia – Dom Eliseu II e para LT 230kV Encruzo Novo – Santa Luzia III em janeiro de 2024.
- Licença Ambiental Unificada para a SE Encruzo Novo em janeiro de 2024.
- Licença Prévia para o seccionamento da LT 230 kV Açailândia – Miranda II em fevereiro de 2024.
- Licença de Instalação para a subestação SE Santa Luzia III em fevereiro de 2024.
- Licença de Instalação para a SE Açailândia, SE Dom Eliseu II e LT 230 kV Encruzo Novo – Santa Luzia III em junho de 2024.
- Licença de Instalação para o seccionamento da LT 500 kV Açailândia – Miranda II na SE Santa Luzia III em outubro de 2024.
- Licença de Instalação para a LT 230 kV Açailândia – Dom Eliseu II em novembro de 2024.
- Entrada em operação parcial - energização da SE Santa Luzia III (pátios de 500, 230 e 138 kV) e seccionamento da LT Açailândia – Miranda II C1 de 500 kV entre fevereiro e março de 2026.
- Avanço físico: 95,3% em 31 de dezembro de 2025.

Saíra

- Constituição da empresa Saíra Transmissora de Energia Elétrica S.A. para operar e realizar revitalizações do Lote 5 do Leilão 002/2022, conforme previsto no contrato.
- Assinatura do contrato de concessão em 30 de março de 2023.
- Operação das instalações Garabi I e II e Linhas de Transmissão LT Santo Ângelo – Itá, LT Garabi 2 – Santo Ângelo, e LT Garabi 1 – Fronteira com RAP habilitada (1ª fase) em operação em 31 de março de 2023.
- Empreendimento incorporado na TAESA em 29 de dezembro de 2023.
- Revitalizações (2ª fase) - Avanço físico: 92,1% em 31 de dezembro de 2025.

Juruá

- Constituição da empresa Juruá Transmissora de Energia Elétrica S.A. para construir e operar o Lote 3 do Leilão 02/2024.
- Assinatura do contrato de concessão em 9 de dezembro de 2024.

Resultados do 4º trimestre e ano de 2025



- Avanço físico: 12,7% em 31 de dezembro de 2025.

Reforços Novatrans

- Obtenção das Resoluções Autorizativas ANEEL (REA) nº 12.850/2022 e 12.823/2022, em outubro de 2022, para implantar reforços nas instalações de Novatrans relativo à substituição do banco de capacitores na SE Imperatriz e na SE Colinas.
- Emissão do Termo de Liberação referente à parte das instalações da Colinas, no âmbito do reforço autorizado através da REA nº 12.823/2022 em novembro de 2024
- Emissão do Termo de Liberação referente ao banco de capacitor da SE Colinas, no âmbito do reforço autorizado através da REA nº 12.850/2022 em dezembro de 2024
- Emissão Termo de Liberação referente à parte remanescente das instalações de Imperatriz, no âmbito do reforço autorizado através da REA nº 12.823/2022 em fevereiro de 2025.
- Entrada em operação comercial total em fevereiro de 2025.

Reforços TSN

- Obtenção da Resolução Autorizativa ANEEL (REA) nº 12.267/2022 em novembro 2022, posteriormente alterada via REA nº 13.194/2022, em novembro de 2022, para implantar reforço na concessão TSN relativo à instalação do 3º Autotransformador 500/230 kV, 3x100 MVA e conexões na SE Bom Jesus da Lapa II.
- Emissão do Termo de Liberação em setembro de 2025, representando 100% da RAP do empreendimento.
- Entrada em operação comercial em setembro de 2025.

Reforços São Pedro

- Obtenção da Resolução Autorizativa ANEEL (REA) nº 14.524/2023 em abril de 2023, posteriormente alterada via REA nº 15.027/2024, em janeiro de 2024, para implantar reforço na concessão São Pedro relativo à instalação de seccionamento da LT 230kV Rio Grande II – Barreiras II e módulos na SE Barreiras.
- Obtenção de Despacho ANEEL nº 677/2024, em março de 2024, para implantar reforço relativo à instalação do 3º Autotransformador 230/138 kV da SE Rio Grande II.
- Entrada em operação comercial do projeto da REA nº 15.027/2024 em novembro de 2025.
- Avanço físico (Despacho nº 677/2024): 33,3% em 31 de dezembro de 2025.
- Nova obtenção do Despacho ANEEL nº 420/2026, em fevereiro de 2026, para implantar reforço relativo à instalação do 4º Autotransformador 230/138 kV da SE Rio Grande II.

Reforços ATE

- Obtenção da Resolução Autorizativa ANEEL (REA) nº 14.819/2023, em agosto de 2023, para implantar reforço na concessão ATE relativo à instalação do 2º Autotransformador 500/440 kV, 3x500 MVA e conexões na SE Assis.
- Avanço físico: 50,7% em 31 de dezembro de 2025.

Reforços ATE III

- Obtenção da Resolução Autorizativa ANEEL (REA) nº 15.196/2024, em março de 2024, para implantar reforço na concessão ATE III relativo à instalação do 2º Banco de Reatores de Barra Monofásicos de 3 x 45,3 Mvar na SE Itacaiúnas.
- Entrada em operação comercial em março de 2026.

Resultados do 4º trimestre e ano de 2025



Reforços EATE

- Obtenção da Resolução Autorizativa ANEEL (REA) nº N° 15.573, de 29 de outubro de 2024 para implantar reforço na concessão EATE referente a substituição do banco de capacitor Série (CR 500 kV 315 Mvar Açailândia BC2 MA) e substituição do banco de capacitor série (CR 500 kV 435 Mvar Açailândia BC3 MA) em SE Açailândia e substituição do banco de capacitor série (CR 500 kV 279 Mvar Marabá BC3 PA) em SE Marabá.
- Avanço físico: 51,3% em 31 de dezembro de 2025.

Reforços ENTE

- Obtenção da Resolução Autorizativa ANEEL (REA) nº N° 15.573, de 29 de outubro de 2024 para implantar reforço na concessão ENTE referente a substituição do banco de capacitor série (CR 500 kV 435 Mvar P. Dutra BC3 MA) em SE Presidente Dutra, substituição do banco de capacitor Série (CR 500 kV 315 Mvar Açailândia BC4 MA) em SE Açailândia e substituição do banco de capacitor Série (CR 500 kV 279 Mvar Marabá BC4 PA) em SE Marabá.
- Avanço físico: 36,6% em 31 de dezembro de 2025.

Resultados do 4º trimestre e ano de 2025



4.7. Resultado Societário (IFRS)

4.7.1. Receita Líquida

A Receita Líquida IFRS do 4T25 foi de R\$ 1.198,8 MM, 10,3% maior que o 4T24, impulsionada principalmente por maiores investimentos em Ananaí, Tangará, Saíra (2ª fase) e reforços de São Pedro e ATE III, e menor Parcela Variável. Estes efeitos foram parcialmente compensados por menor receita de correção monetária em função do menor IGP-M no período e menores investimentos em Pitiguari e reforços de Novatrans e TSN devido às suas entradas em operação.

A Receita Líquida IFRS em 2025 foi de R\$ 4.624,1 MM, 24,4% maior que o registrado em 2024, em função principalmente dos motivos elencados acima, além da mudança de regime tributário de São Pedro e pelo reconhecimento pontual de receita após a conclusão do processo fiscalizatório da RTP do ciclo 2023-2024 no 2T25.

Considerando o reajuste inflacionário da receita assegurado no contrato de concessão, a TAESA contabiliza mensalmente a correção monetária do ativo de contrato da concessão no resultado. Dessa forma, o efeito inflacionário é reconhecido mês a mês considerando-se a inflação em IGP-M ou IPCA verificada no mês anterior. Os índices utilizados para a correção monetária do terceiro trimestre de 2025 foram:

Mês	IGP-M	IPCA	Mês	IGP-M	IPCA
set/24	0,62%	0,44%	set/25	0,42%	0,48%
out/24	1,52%	0,56%	out/25	-0,36%	0,09%
nov/24	1,30%	0,39%	nov/25	0,27%	0,18%
Acumulado 4T24	3,48%	1,40%	Acumulado 4T25	0,33%	0,75%
Acumulado 2024	6,33%	4,87%	Acumulado 2025	-0,10%	4,46%

Receita Operacional Líquida - IFRS (Consolidado)

R\$ MM	4T25	4T24	Var.%	2025	2024	Var.%
Operação e manutenção	287,2	268,2	7,1%	1.110,8	1.071,7	3,6%
Remuneração do ativo contratual de concessão	294,8	286,1	3,0%	1.178,8	1.144,6	3,0%
Correção monetária do ativo contratual de concessão	114,4	216,0	-47,0%	399,5	540,9	-26,1%
Implementação de infraestrutura	639,4	418,3	52,8%	2.299,1	1.309,7	75,5%
Total Receitas IFRS	1.335,8	1.188,6	12,4%	4.988,2	4.066,9	22,7%
Parcela variável	(9,1)	(14,2)	-36,0%	(14,9)	(46,8)	-68,3%
Outras receitas operacionais	12,3	7,5	62,7%	62,2	33,6	84,9%
Receita operacional bruta	1.339,0	1.182,0	13,3%	5.035,5	4.053,7	24,2%
PIS e COFINS	(111,7)	(69,1)	61,5%	(301,3)	(229,1)	31,5%
ISS	(0,1)	(0,1)	22,3%	(0,4)	(0,3)	30,8%
ICMS	(0,1)	(0,0)	18413,7%	(0,5)	(0,1)	576,4%
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA	(28,3)	(26,2)	8,0%	(109,2)	(106,1)	2,9%
Deduções da receita operacional bruta	(140,2)	(95,4)	46,9%	(411,4)	(335,6)	22,6%
Receita operacional líquida	1.198,8	1.086,6	10,3%	4.624,1	3.718,1	24,4%

A variação e a composição da receita líquida IFRS da TAESA refletem, principalmente, os seguintes aspectos:

- **Operação e manutenção:** O aumento de 7,1% da receita de O&M se deve, principalmente, ao reajuste de 5,32% (IPCA) do ciclo 2025-2026 para as concessões de categoria 3, conforme Resolução Homologatória nº 3.481/25, pelo reajuste inflacionário de +7,03% (IGP-M) do mesmo ciclo para as concessões de categoria 2, e pela entrada em operação de Pitiguari. Na comparação entre 2025 e 2024, o crescimento de 3,6% se deve aos mesmos motivos mencionados acima, além do reajuste inflacionário do ciclo 2024-2025.

Resultados do 4º trimestre e ano de 2025



- **Remuneração do ativo de contrato:** O aumento de 3,0% entre os trimestres e ano, se deve principalmente pela entrada em operação de Pitiguari e dos reforços de Novatrans, e pelo efeito da correção monetária sobre o ativo de contrato indexados ao IPCA, compensados parcialmente pela queda natural do ativo e pelo efeito deflacionário dos contratos indexados ao IGP-M.
- **Correção monetária do ativo de contrato:** A receita de correção monetária apresentou uma queda na comparação anual de R\$ 101,6 MM em função, principalmente, do menor IGP-M (+0,33% no 4T25 vs. +3,48% no 4T24), e IPCA (+0,75% no 4T25 vs. +3,48% no 4T24), compensada parcialmente pela mudança de regime tributário de São Pedro e pela entrada em operação de Pitiguari e dos reforços de Novatrans. Na comparação entre 2025 e 2024, a redução de R\$ 141,4 MM se deve à redução dos índices macroeconômicos no ano, principalmente o IGP-M que apresentou deflação de -0,10% em 2025 vs. +6,33% em 2024 (IPCA: +4,46% em 2025 vs. +4,87% em 2024), compensados parcialmente pelos mesmos motivos mencionados acima.
- **Implementação de infraestrutura:** O aumento de R\$ 221,1 MM na receita de implementação se deve, basicamente, aos maiores investimentos realizados em Ananaí, Saíra, Tangará e pelos reforços em ATE III e São Pedro. Estes efeitos foram compensados, em parte, pela entrada em operação de Pitiguari e dos reforços na TSN e Novatrans. Na comparação entre 2025 e 2024, o aumento de R\$ 989,4 MM se deve a maiores investimentos em Tangará, Ananaí, Saíra (2ª fase), além dos reforços de São Pedro, ATE e ATE III, compensados pela entrada em operação de Pitiguari e dos reforços de Novatrans e TSN.
- **Parcela variável (PV):** Idem explicação da Parcela Variável do resultado regulatório. Vide seção 4.3.1.
- **Outras receitas operacionais:** O aumento de 62,7% se deve, principalmente, à contabilização de receita de reforço da TSN e São Pedro contabilizados nesta linha, e receitas de CDE e PROINFA na ATE III, compensados parcialmente pelo reconhecimento da parcela de ajuste e RAP referente à conclusão do processo fiscalizatório da RTP do ciclo 2023-2024. Na comparação entre 2025 e 2024, o crescimento de R\$ 28,6 MM se deve, principalmente, pelo reconhecimento pontual de receita após a conclusão do processo fiscalizatório da RTP do ciclo 2023-2024 com impacto, principalmente, nas concessões Novatrans, São Pedro, Munirah e TSN, além da contabilização das RAPs parciais de Pitiguari e receitas de CDE e Proinfa na ATE III.
- **Deduções da receita bruta:** Houve um aumento de 46,9% na comparação entre 4T25 versus 4T24 em função, principalmente, do aumento do PIS/COFINS diferidos motivado pela mudança de regime tributário de São Pedro, compensado em parte pela redução da receita de correção monetária. Já na comparação entre 2025 e 2024 o aumento de 22,6% se deve aos mesmos motivos elencados acima, além da conclusão do processo fiscalizatório da RTP do ciclo 2023-2024.

Resultados do 4º trimestre e ano de 2025



4.7.2. Custos, Despesas, Depreciação e Amortização

Custos, Despesas e Depreciação e Amortização totalizaram R\$ 644,1 MM no 4T25, 27,6% maior quando comparado ao 4T24. Os custos de PMSO somaram R\$ 609,8 MM, registrando um aumento de 23,3% quando comparado ao 4T24.

Custos, Despesas e Depreciação e Amortização em 2025 alcançaram R\$ 2.345,0 MM, 54,4% maior na comparação anual. Em 2024, os custos de PMSO somaram R\$ 2.281,8 MM, registrando um aumento de 52,7%.

Custos, Despesas e D&A - IFRS (Consolidado)

R\$ MM	4T25	4T24	Var.%	2025	2024	Var.%
Pessoal	(64,1)	(69,3)	-7,5%	(256,5)	(261,8)	-2,0%
Material	(514,2)	(337,2)	52,5%	(1.880,1)	(1.054,2)	78,3%
Custo de O&M	(4,7)	(19,0)	-75,0%	(64,4)	(44,4)	45,1%
Custo de infra	(507,0)	(316,7)	60,1%	(1.807,4)	(1.002,4)	80,3%
Diversos	(2,4)	(1,6)	54,5%	(8,3)	(7,4)	11,9%
Serviço de terceiros	(37,7)	(30,8)	22,7%	(112,0)	(104,3)	7,4%
Outros	6,2	(57,4)	n/a	(33,2)	(73,9)	-55,1%
Total	(609,8)	(494,8)	23,3%	(2.281,8)	(1.494,2)	52,7%
Depreciação e amortização	(34,3)	(9,9)	247,3%	(63,3)	(24,7)	155,9%
Total	(644,1)	(504,6)	27,6%	(2.345,0)	(1.518,9)	54,4%

As variações nos custos IFRS foram ocasionadas principalmente pelos seguintes eventos:

- **Pessoal:** Idem explicação do custo de Pessoal do resultado regulatório. Vide seção 4.3.2.
- **Material:**
 - Custo de O&M: A redução de R\$ 14,3 MM foi influenciada, principalmente, por menores investimentos de O&M nas concessões de Saíra e Sant'Ana. O aumento de R\$ 20,0 MM entre 2025 e 2024 ocorreu em função principalmente do aumento de investimentos de O&M nas concessões de Janaúba, TSN, ATE III e Munirah.
 - Custo de Implementação: O aumento de R\$ 190,3 MM na comparação entre 4T25 e o 4T24 se deve, principalmente, por maiores investimentos em Ananaí (+R\$ 204,8 MM), Saíra (+R\$ 30,5 MM), e nos reforços da ATE III (+R\$ 17,0 MM) e São Pedro (+R\$ 16 MM), compensados, em parte, por menores investimentos nos reforços da TSN (-R\$ 41,2 MM), Novatrans (-R\$ 25,7 MM) e do projeto de Pitiguari (-R\$ 20,2 MM) devido às suas energizações. O aumento de R\$ 805,0 MM entre 2025 e 2024 é resultado dos maiores investimentos nas concessões Tangará (+R\$ 405,0 MM), Ananaí (+R\$ 347,1 MM) e Saíra (+R\$ 191,6 MM), além dos reforços das concessões São Pedro (+R\$ 54,2 MM) e ATE (+R\$ 50,5 MM), compensado parcialmente pela entrada em operação de Pitiguari (-R\$ 95,4 MM) e dos reforços em Novatrans (-R\$ 155,5 MM) e TSN (-R\$ 47,1 MM).
 - Outros (materiais): Idem explicação do custo de Materiais do resultado regulatório. Vide seção 4.3.2.
- **Serviços de terceiros:** Idem explicação do custo de Serviços de terceiros do resultado regulatório. Vide seção 4.3.2.
- **Outros:** A redução de R\$ 63,7 MM se deve principalmente a (i) provisão no 4T24 para Perda de Crédito Esperada (PCE) por rescisão de CUSTs no valor de R\$ 43,9 MM, (ii) menores provisões para riscos judiciais, e (iii) efeito positivo de revisão da margem (contrato oneroso) do empreendimento em

Resultados do 4º trimestre e ano de 2025



construção Saíra. Estes efeitos foram compensados, em parte, por eventos não recorrentes no 4T25, entre eles desativações de equipamentos e baixas de inventário, no montante líquido de R\$ 10,0 MM. A redução de R\$ 40,8 MM entre 2025 e 2024 se deve principalmente aos eventos elencados acima, além de reversões de provisões de anos anteriores.

- **Depreciação e amortização:** O aumento de R\$ 24,4 MM entre os trimestres refere-se basicamente às unitizações de ativos como softwares e licenças. O aumento de R\$ 38,6 MM entre 2025 e 2024 se deve aos mesmos motivos elencados acima.

4.7.3. Resultado de Equivalência Patrimonial

O Resultado de Equivalência Patrimonial IFRS no 4T25 totalizou R\$ 109,0 MM, 58,8% menor que o 4T24.

Já no ano de 2025, a Equivalência Patrimonial IFRS fechou em R\$ 457,2 MM, 31,2% menor que o registrado no 2024.

Equivalência Patrimonial IFRS

R\$ MM	4T25	4T24	Var.%	2025	2024	Var.%
ETAU	5,5	16,9	-67,4%	21,0	52,6	-60,0%
TBE	59,2	105,5	-43,9%	238,0	332,1	-28,3%
Aimorés	9,3	21,7	-57,4%	46,2	61,1	-24,5%
Paraguaçu	13,9	39,7	-64,9%	68,8	96,2	-28,4%
Ivaí	21,1	80,4	-73,8%	83,2	122,1	-31,9%
Total Equivalência Patrimonial	109,0	264,3	-58,8%	457,2	664,1	-31,2%

A redução de 58,8% MM no resultado IFRS das investidas em conjunto e coligadas, na comparação entre o 4T25 e o 4T24, se deve principalmente a: (i) redução da receita de correção monetária em função do menor IGP-M e IPCA entre os períodos, com impacto mais relevante na TBE e Ivaí; (ii) reversão de provisão no 4T24 de multa por atraso e PVA na entrada em operação de Ivaí, Aimorés e Paraguaçu, e (iii) redução na linha de outras receitas na ETAU em função de receita retroativa no 4T24. Estes efeitos foram compensados parcialmente pelo aumento da margem de construção dos reforços na EATE, ENTE e ETEP (TBE).

Na comparação entre 2025 e 2024, a redução de 31,2% se deve, principalmente, aos motivos acima mencionados, além do crescimento das despesas financeiras, majoritariamente na TBE, em função do aumento do CDI, e das novas emissões de debêntures na Aimorés e Paraguaçu em junho de 2025, compensadas parcialmente por menores impostos, principalmente impostos diferidos.

Resultados do 4º trimestre e ano de 2025



4.7.4. Resultado Financeiro Líquido

A despesa financeira líquida IFRS totalizou R\$ 239,0 MM no 4T25, 16,3% menor que o registrado no 4T24.

No ano de 2025, a despesa financeira líquida IFRS fechou em R\$ 1.037,4 MM, 3,7% maior que o registrado em 2024.

Resultado Financeiro IFRS

R\$ MM	4T25	4T24	Var.%	2025	2024	Var.%
Receitas Financeiras	36,4	24,6	48,0%	134,3	103,1	30,2%
Renda de aplicação financeira	34,7	19,4	78,9%	120,1	91,3	31,6%
Outras Receitas financeiras	1,7	5,2	-67,1%	14,1	11,9	19,1%
Despesas Financeiras	(275,4)	(310,0)	-11,2%	(1.171,7)	(1.104,0)	6,1%
Juros incorridos	(220,0)	(191,3)	15,0%	(909,0)	(767,0)	18,5%
Variações monetárias	(55,2)	(92,1)	-40,1%	(259,5)	(294,0)	-11,8%
Variações Cambiais	1,3	7,7	-83,4%	(3,9)	13,0	n/a
Ajuste ao valor justo	(3,8)	0,0	n/a	(6,3)	-	n/a
Marcação a Mercado	3,8	-	0,0%	6,3	-	0,0%
Arrendamento	(0,0)	(0,0)	-66,1%	(0,1)	(0,2)	-50,1%
Outras despesas/receitas financeiras	(1,4)	(34,3)	-95,8%	0,8	(55,8)	n/a
Total IFRS	(239,0)	(285,4)	-16,3%	(1.037,4)	(1.000,9)	3,7%

Idem explicação do Resultado Financeiro Regulatório. Vide seção 4.3.6.

Resultados do 4º trimestre e ano de 2025



4.7.5. Impostos

O aumento de R\$ 6,6 MM do Imposto de Renda e Contribuição Social em IFRS reconhecido no resultado entre o 4T25 e 4T24 é explicado, principalmente, pela mudança do regime tributário de São Pedro para lucro real com impacto na linha do lucro presumido. Este efeito foi parcialmente compensado pela (i) maior dedução de Juros sobre Capital Próprio (JCP), (ii) maior aproveitamento de incentivos fiscais após recálculo do imposto de renda corrente em função de atualização de tributação dos fluxos de RAP, e (iii) maior aproveitamento do benefício SUDAM/SUDENE, devido a mudança do regime tributário de São Pedro para lucro real.

A queda de R\$ 49,6 MM de Imposto de Renda e Contribuição Social em IFRS reconhecido no resultado entre 2025 e 2024 é explicada basicamente pela (i) maior dedução de Juros sobre Capital Próprio (JCP), (ii) maior aproveitamento do benefício SUDAM/SUDENE devido a mudança de regime tributário de São Pedro para lucro real, (iii) maior aproveitamento de incentivos fiscais após recálculo do imposto de renda corrente em função de atualização de tributação dos fluxos de RAP, e (iv) pela baixa extemporânea nos passivos diferidos fiscais referentes à amortização de custos de debêntures e ágio, no 1T25, impactando a linha de outros. Estes efeitos foram compensados parcialmente pela mudança do regime tributário de São Pedro para lucro real no 4T25, impactando a linha do lucro presumido.

R\$ MM	IFRS					
Conciliação Imposto	4T25	4T24	Var.%	2025	2024	Var.%
Lucro antes dos impostos (EBT)	424,7	560,8	-24,3%	1.698,9	1.862,5	-8,8%
Exclusão Equivalência Patrimonial (EP)	(109,0)	(264,3)	-58,8%	(457,2)	(664,1)	-31,2%
Base excluindo EP	315,7	296,5	6,5%	1.241,7	1.198,4	3,6%
JCP distribuídos/recebidos	(144,5)	(59,7)	141,9%	(552,9)	(322,8)	71,3%
Lucro Tributável	171,2	236,8	-27,7%	688,8	875,6	-21,3%
IRCS (alíquota 34%)	(58,2)	(80,5)	-27,7%	(234,2)	(297,7)	-21,3%
Impacto do Regime de Lucro Presumido	(36,9)	31,3	-	50,7	107,8	-53,0%
Benefício SUDAM/SUDENE	25,0	(2,2)	-	42,9	21,4	100,7%
Outros	9,4	(2,6)	-	21,6	(0,2)	-
IRPJ e CSLL reconhecido no resultado	(60,7)	(54,0)	12,2%	(119,0)	(168,6)	-29,4%
Alíquota Efetiva: IRCS / Base excluindo EP	19,2%	18,2%	1,0 pp	9,6%	14,1%	-4,5 pp

Alíquota de tributação, partindo Base ex-EP	34,0%	34,0%	34,0%	34,0%
Deduções e benefícios fiscais	-14,8%	-15,8%	-24,4%	-19,9%
JCP	-15,6%	-6,8%	-15,1%	-9,2%
Lucro Presumido	11,7%	-10,5%	-4,1%	-9,0%
SUDAM/SUDENE	-7,9%	0,8%	-3,5%	-1,8%
Outros	-3,0%	0,9%	-1,7%	0,0%
Alíquota Efetiva	19,2%	18,2%	9,6%	14,1%

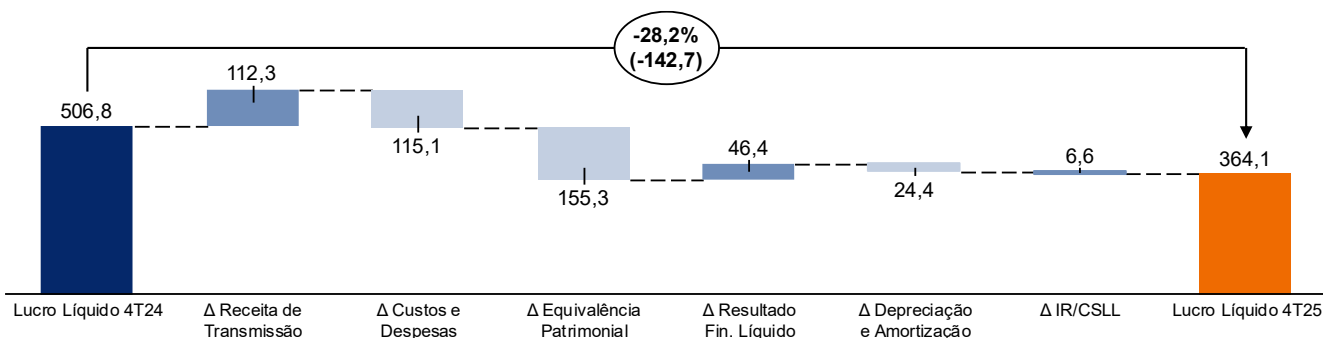
Resultados do 4º trimestre e ano de 2025



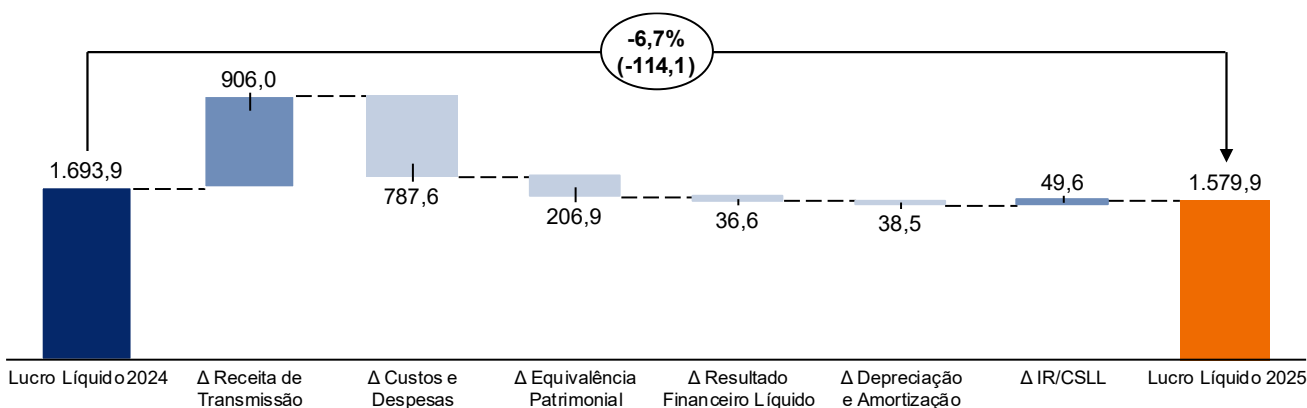
4.7.6. Lucro Líquido

Lucro Líquido IFRS totalizou R\$ 364,1 MM no 4T25, apresentando uma redução anual de 28,2%. Já no ano de 2025, o Lucro Líquido IFRS fechou em R\$ 1.579,9 MM, 6,7% menor que o ano de 2024.

Lucro Líquido IFRS – 4T25:



Lucro Líquido IFRS – 2025:



Resultados do 4º trimestre e ano de 2025



5. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

5.1. Valor Residual

A partir do saldo atual do ativo imobilizado das concessões da TAESA, foram calculados a depreciação anual média e o valor residual de cada concessão. O objetivo é dar transparência aos valores não depreciados das concessões ao fim dos seus respectivos contratos.

Conforme as notas explicativas das Demonstrações Contábeis Regulatórias, a depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme normas regulatórias vigentes. As taxas médias anuais de depreciação são determinadas nas tabelas anexas à resolução vigente emitida pela ANEEL. O valor residual é determinado a partir da parcela não amortizada de bens em serviço pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização), e pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória ou de novos investimentos realizados na concessão.

Cumpra esclarecer que a regulamentação vigente é silente quanto a certas premissas que poderão ser utilizadas pela ANEEL, assim não há como garantir que estes valores serão considerados como indenização no vencimento destes contratos. O valor residual é utilizado pela Companhia como uma aproximação do valor da indenização no ativo de contrato no IFRS. Pelas práticas contábeis adotadas pela Companhia, os valores não são corrigidos pela inflação, isto é, eles seguem os valores históricos.

Vale destacar que as tratativas para a regulamentação deste tema foram iniciadas por meio da Tomada de Subsídios 008/2024 que trata do processo de renovação/relicitação das concessões vincendas nos próximos anos. Com a conclusão das fases na Tomada de Subsídios relativas à regulamentação técnica e metodologia da indenização, a ANEEL abriu a Consulta Pública 043/2025, encerrada em 10/03/2026, para tratar das definições do modelo contratual aplicável às concessões vincendas e, sobretudo, o tratamento regulatório das indenizações de ativos ao término das outorgas

De acordo com a ANEEL, haverá ainda uma nova etapa do processo no primeiro semestre de 2026, destinada à regulamentação técnica e à metodologia de indenização, com base na minuta de Resolução Normativa a ser publicada. A conclusão do processo está prevista para o segundo semestre de 2026.

As concessões da TAESA possuem em torno de R\$ 3,2 bilhões de valor residual, sendo R\$ 2,2 bilhões na TAESA Consolidado e aproximadamente R\$ 1 bilhão entre os grupos TBE e AIE. Vale mencionar que estes valores são (i) proporcionais à participação da TAESA em cada concessão, (ii) valores futuros no momento do vencimento de cada concessão, (iii) não consideram nenhuma correção pela inflação por serem valores históricos, e (iv) não consideram as concessões leiloadas a partir de 2019, uma vez definida a regra pela ANEEL de que os investimentos iniciais desses projetos devem ser necessariamente amortizados durante o prazo da concessão.

Segue a abertura do valor residual histórico, conforme premissas acima, por ano de vencimento:

Ano Vencimento	Valor Residual (R\$ bi)	% Reforços & Melhorias
2030-2032	1,1	~25%
2034-2036	0,6	~10%
2038-2039	0,1	~10%
2042-2043	0,2	~10%
2046-2049	1,3	~15%
Total	3,2	~17%

Resultados do 4º trimestre e ano de 2025



5.2. Movimentação do Ativo Contratual (IFRS)



R\$ MM									
Concessão	Taxa Anual*	Ativo Contratual 3T25	Remuneração Ativo Contratual	Correção Monetária Ativo Contratual	Receita de Implementação de Infraestrutura	O&M	Outras Receitas Operacionais	RAP	4T25
NOVATRANS	10%	1.541,0	49,4	3,3	(1,9)	51,5	0,1	(135,9)	1.507,5
TSN	10%	811,0	18,1	1,3	11,0	97,3	1,5	(131,2)	809,1
MUNIRAH	11%	64,8	1,6	0,1	(0,3)	6,5	-	(8,8)	64,0
GTESA	11%	26,2	0,7	0,1	0,0	1,0	2,0	(4,3)	25,7
PATESA	8%	112,9	2,1	0,3	0,0	2,7	(0,0)	(7,1)	110,9
ETEO	10%	332,9	8,2	0,8	0,0	19,5	0,0	(40,8)	320,7
NTE	15%	359,1	12,5	0,9	0,0	15,9	0,0	(35,6)	352,9
STE	10%	298,0	7,4	0,8	0,0	6,3	(0,0)	(19,8)	292,6
ATE	9%	643,6	12,9	1,5	7,5	12,2	(0,0)	(34,5)	643,2
ATE II	8%	787,0	15,8	2,0	(0,8)	27,4	(0,0)	(54,0)	777,5
ATE III ¹³	7%	469,9	7,2	2,5	29,2	13,8	1,6	(27,6)	496,7
ETAU ³	18%	98,1	1,7	0,3	-	3,9	2,4	(11,2)	95,3
BRASNORTE ⁵	6%	252,1	6,8	1,6	-	0,9	0,9	(10,6)	251,7
SÃO GOTARDO ¹	5%	75,8	1,0	0,5	-	0,3	0,0	(2,0)	75,7
SÃO JOÃO ¹³	5%	691,2	10,5	4,7	-	2,6	(0,0)	(17,6)	691,3
SÃO PEDRO ¹³	7%	796,5	12,0	53,5	27,8	2,1	3,0	(21,7)	873,4
LAGOA NOVA ¹³	9%	150,2	3,3	1,1	-	0,6	(0,0)	(4,4)	150,7
MARIANA ¹³	6%	280,1	4,0	1,9	-	0,5	0,0	(6,0)	280,5
MIRACEMA ¹³	9%	729,2	16,7	5,2	0,1	5,4	0,8	(34,0)	723,5
JANAÚBA ¹³	10%	2.477,2	57,9	17,3	-	7,0	(0,0)	(73,3)	2.486,1
SANT'ANA ¹³	9%	833,6	18,8	5,8	-	2,1	1,1	(22,97)	838,5
ANANAÍ ²	7%	1.750,3	-	-	319,6	-	-	-	2.069,8
PITIGUARI ²	5%	304,2	3,5	2,2	-	0,9	(0,0)	(5,9)	305,0
SAÍRA ²	9%	1.371,9	24,4	7,1	45,5	10,3	0,8	(35,2)	1.424,7
TANGARÁ ²	5%	1.098,3	-	-	201,0	-	-	-	1.299,4
JURUÁ ²	6%	1,6	-	-	0,5	-	-	-	2,1
AIMORÉS ¹³⁴	8%	545,4	10,4	3,8	-	2,3	0,2	(15,1)	547,0
PARAGUAÇU ¹³⁴	8%	856,1	16,0	6,0	-	2,7	0,2	(22,6)	858,4
IVAÍ ¹²³⁴	8%	2.164,0	40,1	15,2	(0,0)	3,9	-	(52,3)	2.171,0
EATE ³	7%	832,9	12,8	2,2	9,5	8,8	0,0	(50,6)	815,8
EBTE ¹	4%	429,0	4,8	2,7	-	3,7	2,5	(16,0)	426,6
ECTE	6%	65,5	1,0	0,2	-	0,7	0,0	(4,2)	63,1
EDTE ¹³	9%	451,6	9,8	3,2	-	1,6	(0,0)	(13,1)	453,1
ENTE	6%	528,4	7,6	1,5	0,3	4,5	0,0	(26,0)	516,2
ERTE	5%	110,6	1,4	0,3	-	1,6	0,0	(6,0)	108,0
ESDE ¹	7%	72,1	1,1	0,5	-	0,5	0,2	(2,5)	71,9
ESTE ¹³	8%	745,3	14,4	5,2	-	3,5	(0,0)	(21,2)	747,3
ETEP	6%	175,8	2,7	0,5	2,7	2,8	0,0	(11,4)	173,0
ETSE ¹	6%	67,3	1,0	0,5	-	0,3	0,1	(1,9)	67,2
LUMITRANS	5%	56,8	0,7	0,1	-	0,6	0,0	(2,5)	55,8
STC ¹	5%	68,3	0,9	0,4	-	1,0	1,1	(3,9)	67,8
TRANSIRAPÉ ⁵	8%	107,0	1,9	0,3	-	0,9	2,0	(6,3)	105,7
TRANSLESTE ⁵	10%	102,2	2,5	0,3	-	0,7	(0,0)	(5,1)	100,6
TRANSUDESTE ⁵	8%	70,1	1,4	0,2	-	0,6	(0,0)	(3,2)	69,1
Total		23.805,0	427,0	157,8	651,9	331,5	20,7	(1.007,9)	24.386,0

¹ As RAPs precisam ser adicionadas de PIS/COFINS

² em construção

³ As taxas de remuneração foram ajustadas com base no Ofício Circular CVM nº 04/2020, que trata dos aspectos relevantes do CPC 47 e CPC 48 para as transmissoras.

⁴ Alteração de metodologia de cálculo do ativo contratual impactou o saldo do ativo contratual da AIE no 1T21

⁵ Alteração no saldo do Ativo Contratual do 4T21 devido ao ajuste na metodologia do cálculo de inclusão da participação da EATE nas Transmineiras/TBE.

Resultados do 4º trimestre e ano de 2025



5.3. DRE 4T25

DRE

R\$ mil	IFRS			Regulatório		
	4T25	4T24	Var. %	4T25	4T24	Var. %
RECEITA OPERACIONAL BRUTA						
Disponibilização do sistema de transmissão	-	-	-	725.038	659.746	9,9%
Operação e manutenção	287.228	268.154	7,1%	-	-	-
Remuneração do ativo contratual de concessão	294.764	286.093	3,0%	-	-	-
Correção monetária do ativo contratual de concessão	114.441	216.030	-47,0%	-	-	-
Receita de Implementação de Infraestrutura	639.411	418.346	52,8%	-	-	-
Outras receitas operacionais	12.280	7.547	62,7%	340	302	12,7%
Parcela variável	(9.081)	(14.180)	-36,0%	(9.081)	(14.180)	-36,0%
TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	1.339.043	1.181.991	13,3%	716.297	645.868	10,9%
PIS e COFINS	(111.651)	(69.114)	61,5%	(44.053)	(38.583)	14,2%
ISS	(100)	(82)	22,3%	(100)	(82)	22,3%
ICMS	(125)	(1)	18413,7%	(125)	(1)	18413,7%
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA	(28.334)	(26.237)	8,0%	(28.334)	(26.210)	8,1%
Outras deduções	-	-	-	-	-	-
Deduções da receita operacional bruta	(140.210)	(95.434)	46,9%	(72.612)	(64.876)	11,9%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.198.833	1.086.557	10,3%	643.685	580.992	10,8%
Pessoal	(64.136)	(69.338)	-7,5%	(64.136)	(69.338)	-7,5%
Material	(514.207)	(337.218)	52,5%	(2.427)	(1.571)	54,5%
Serviços de terceiros	(37.723)	(30.754)	22,7%	(37.723)	(30.754)	22,7%
Outras despesas operacionais	6.242	(57.450)	-	(15.097)	(57.760)	-73,9%
Custos e Despesas	(609.825)	(494.760)	23,3%	(119.383)	(159.423)	-25,1%
Depreciação e amortização	(34.307)	(9.878)	247,3%	(130.707)	(98.879)	32,2%
Custos, Despesas e D&A	(644.132)	(504.638)	27,6%	(250.090)	(258.302)	-3,2%
Ganhos (perdas) nas aquisições de empresas	-	-	-	-	-	-
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	554.702	581.919	-4,7%	393.594	322.690	22,0%
Resultado de equivalência patrimonial	108.984	264.271	-58,8%	111.547	156.908	-28,9%
Receita financeira	36.431	24.610	48,0%	36.431	24.610	48,0%
Renda de aplicação financeira	34.722	19.411	78,9%	34.722	19.411	78,9%
Outras Receitas financeiras	1.709	5.199	-67,1%	1.709	5.199	-67,1%
Despesas financeiras	(275.404)	(310.000)	-11,2%	(275.388)	(309.959)	-11,2%
Empréstimos e financiamentos	(620)	(46.729)	-98,7%	(620)	(46.729)	-98,7%
- Juros incorridos	(620)	(7.687)	-91,9%	(620)	(7.687)	-91,9%
- Variações monetárias	-	-	-	-	-	-
- Variação cambial	-	(52.444)	-100,0%	-	(52.444)	-100,0%
- Ajuste ao valor justo	-	13.402	-100,0%	-	13.402	-100,0%
Instrumentos financeiros derivativos	17.068	54.655	-68,8%	17.068	54.655	-68,8%
- Juros incorridos	19.607	7.875	149,0%	19.607	7.875	149,0%
- Variação cambial	1.282	60.182	-97,9%	1.282	60.182	-97,9%
- Variações monetárias	-	-	-	-	-	-
- Ajuste ao valor justo	(3.820)	(13.402)	-71,5%	(3.820)	(13.402)	-71,5%
Debêntures	(290.396)	(283.621)	2,4%	(290.396)	(283.621)	2,4%
- Juros incorridos	(239.023)	(191.487)	24,8%	(239.023)	(191.487)	24,8%
- Variações monetárias	(55.183)	(92.134)	-40,1%	(55.183)	(92.134)	-40,1%
- Marcação a Mercado	3.809	-	-	3.809	-	-
Despesa Financeira – Arrendamento	(16)	(41)	-61,2%	-	-	-
Outras Despesas Financeiras - Líquidas de Receitas	(1.440)	(34.264)	-95,8%	(1.440)	(34.264)	-95,8%
Resultado financeiro	(238.974)	(285.390)	-16,3%	(238.958)	(285.349)	-16,3%
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	424.711	560.800	-24,3%	266.183	194.249	37,0%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(60.635)	(54.006)	12,3%	46.918	6.385	634,8%
RESULTADO DO EXERCÍCIO	364.077	506.794	-28,2%	313.101	200.634	56,1%
EBITDA	589.008	591.797	-0,5%	524.302	421.569	24,4%
Margem EBITDA	49,1%	54,5%	-5,3 pp	81,5%	72,6%	8,9 pp

Resultados do 4º trimestre e ano de 2025



5.4. DRE 2025

DRE

	R\$ mil	IFRS			Regulatório		
		2025	2024	Var. %	2025	2024	Var. %
RECEITA OPERACIONAL BRUTA							
Disponibilização do sistema de transmissão	-	-	-	-	2.805.234	2.630.753	6,6%
Operação e manutenção	1.110.834	1.071.732	3,6%	-	-	-	-
Remuneração do ativo contratual de concessão	1.178.753	1.144.631	3,0%	-	-	-	-
Correção monetária do ativo contratual de concessão	399.502	540.872	-26,1%	-	-	-	-
Receita de Implementação de Infraestrutura	2.299.138	1.309.691	75,5%	-	-	-	-
Outras receitas operacionais	62.173	33.619	84,9%	1.424	1.201	18,6%	
Parcela variável	(14.863)	(46.816)	-68,3%	(14.863)	(46.816)	-68,3%	
TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	5.035.537	4.053.729	24,2%	2.791.795	2.585.137	8,0%	
PIS e COFINS	(301.286)	(229.092)	31,5%	(168.286)	(149.596)	12,5%	
ISS	(450)	(344)	30,8%	(450)	(344)	30,8%	
ICMS	(525)	(78)	576,4%	(525)	-	0,0%	
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA	(109.164)	(106.076)	2,9%	(109.191)	(106.050)	3,0%	
Outras deduções	-	-	-	-	-	-	-
Deduções da receita operacional bruta	(411.424)	(335.590)	22,6%	(278.451)	(255.989)	8,8%	
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	4.624.112	3.718.139	24,4%	2.513.344	2.329.148	7,9%	
Pessoal	(256.522)	(261.799)	-2,0%	(256.522)	(261.799)	-2,0%	
Material	(1.880.069)	(1.054.175)	78,3%	(8.300)	(7.416)	11,9%	
Serviços de terceiros	(111.992)	(104.270)	7,4%	(111.992)	(104.270)	7,4%	
Outras despesas operacionais	(33.178)	(73.945)	-55,1%	(32.099)	(84.427)	-62,0%	
Custos e Despesas	(2.281.761)	(1.494.190)	52,7%	(408.913)	(457.912)	-10,7%	
Depreciação e amortização	(63.257)	(24.720)	155,9%	(454.561)	(361.426)	25,8%	
Custos, Despesas e D&A	(2.345.019)	(1.518.910)	54,4%	(863.474)	(819.339)	5,4%	
Ganhos (perdas) nas aquisições de empresas	-	-	-	-	-	-	-
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	2.279.094	2.199.229	3,6%	1.649.871	1.509.809	9,3%	
Resultado de equivalência patrimonial	457.190	664.137	-31,2%	422.302	488.521	-13,6%	
Receita financeira	134.252	103.110	30,2%	134.252	103.110	30,2%	
Renda de aplicação financeira	120.123	91.251	31,6%	85.401	91.251	-6,4%	
Outras Receitas financeiras	14.129	11.859	19,1%	14.129	11.859	19,1%	
Despesas financeiras	(1.171.661)	(1.103.961)	6,1%	(1.171.560)	(1.103.759)	6,1%	
Empréstimos e financiamentos	38.388	(115.043)	-	38.388	(115.043)	-	
- Juros incorridos	(19.236)	(30.140)	-36,2%	(19.236)	(30.140)	-36,2%	
- Variações monetárias	-	-	0,0%	-	-	0,0%	
- Variação cambial	59.486	(94.570)	-	59.486	(94.570)	-	
- Ajuste ao valor justo	(1.861)	9.667	-	(1.861)	9.667	-	
Instrumentos financeiros derivativos	(61.350)	108.940	-	(61.350)	108.940	-	
- Juros incorridos	6.427	10.998	-41,6%	6.427	10.998	-41,6%	
- Variação cambial	(63.359)	107.610	-	(63.359)	107.610	-	
- Variações monetárias	-	-	-	-	-	-	
- Ajuste ao valor justo	(4.418)	(9.667)	-54,3%	(4.418)	(9.667)	-54,3%	
Debêntures	(1.149.401)	(1.041.877)	10,3%	(1.149.401)	(1.041.877)	10,3%	
- Juros incorridos	(896.217)	(747.828)	19,8%	(896.217)	(747.828)	19,8%	
- Variações monetárias	(259.463)	(294.049)	-11,8%	(259.463)	(294.049)	-11,8%	
- Marcação a mercado	6.279	-	-	6.279	-	-	
Despesa Financeira – Arrendamento	(101)	(202)	-50,1%	-	-	-	
Outras Despesas Financeiras - Líquidas de Receitas	804	(55.779)	-	804	(55.779)	-	
Resultado financeiro	(1.037.409)	(1.000.851)	3,7%	(1.037.308)	(1.000.649)	3,7%	
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	1.698.875	1.862.514	-8,8%	1.034.864	997.681	3,7%	
Imposto de Renda e Contribuição Social	(119.011)	(168.599)	-29,4%	89.206	(6.130)	-	
RESULTADO DO EXERCÍCIO	1.579.863	1.693.915	-6,7%	1.124.071	991.551	13,4%	
EBITDA	2.342.351	2.223.949	5,3%	2.104.431	1.871.236	12,5%	
Margem EBITDA	50,7%	59,8%	-9,2 pp	83,7%	80,3%	3,4 pp	

Resultados do 4º trimestre e ano de 2025



5.5. DRE Regulatório 4T25 (Subsidiárias)

A diferença entre o resultado de equivalência patrimonial na TAESA e a soma do resultado da ETAU, TBE, Aimorés, Paraguaçu e Ivaí se deve à amortização do ágio oriundo da alocação do preço pago pela aquisição da TBE.

R\$ mil	ETAU	TBE	Aimorés	Paraguaçu	Ivaí
RECEITA OPERACIONAL BRUTA					
Disponibilização do sistema de transmissão	11.238	173.732	15.081	22.564	52.296
Outras receitas operacionais	-	-	-	-	-
Parcela variável	(68)	(844)	(0)	(1)	-
TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	11.170	172.889	15.081	22.564	52.296
PIS e COFINS	(387)	(9.214)	(1.323)	(1.966)	(4.837)
ISS	-	-	-	-	-
ICMS	-	-	-	-	-
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA	(465)	(4.989)	(188)	(281)	(659)
Outras deduções	-	-	-	-	-
Deduções da receita operacional bruta	(853)	(14.203)	(1.511)	(2.246)	(5.497)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	10.317	158.686	13.571	20.317	46.799
CUSTOS DOS BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS					
Pessoal	(716)	(8.668)	(411)	(630)	(544)
Material	(35)	(911)	(16)	(15)	(70)
Serviços de terceiros	(652)	(4.843)	(632)	(758)	(2.214)
Outras despesas operacionais	343	(2.109)	(108)	(23)	(1.056)
Custos e Despesas	(1.060)	(16.531)	(1.167)	(1.427)	(3.884)
Depreciação e amortização	(943)	(27.736)	(1.361)	(2.329)	(6.491)
Custos, Despesas e D&A	(2.003)	(44.267)	(2.528)	(3.756)	(10.375)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	8.314	114.419	11.042	16.561	36.424
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-
Renda de aplicação financeira	279	5.279	442	640	6.044
Despesas financeiras	(12)	(40.157)	(4.957)	(8.222)	(25.031)
Resultado financeiro	267	(34.878)	(4.515)	(7.583)	(18.987)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	8.581	79.541	6.527	8.978	17.437
Imposto de Renda e Contribuição Social	(405)	(7.504)	1.096	2.034	(4.739)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	8.176	72.037	7.624	11.012	12.698
EBITDA	9.257	142.155	12.403	18.890	42.915
Margem EBITDA	89,7%	89,6%	91,4%	93,0%	91,7%

Resultados do 4º trimestre e ano de 2025



5.6. DRE Regulatório 2025 (Subsidiárias)

R\$ mil	ETAU	TBE	Aimorés	Paraguaçu	Ivaí
RECEITA OPERACIONAL BRUTA					
Disponibilização do sistema de transmissão	43.368	674.856	58.423	87.686	208.981
Outras receitas operacionais	-	-	-	-	-
Parcela variável	(141)	(2.054)	(1)	(448)	-
TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	43.227	672.802	58.422	87.238	208.981
PIS e COFINS	(1.635)	(35.910)	(5.346)	(8.218)	(19.331)
ISS	-	-	-	-	-
ICMS	(9)	-	-	-	-
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA	(1.911)	(19.287)	(725)	(1.090)	(2.602)
Outras deduções	-	-	-	-	-
Deduções da receita operacional bruta	(3.555)	(55.197)	(6.071)	(9.308)	(21.933)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	39.672	617.606	52.351	77.930	187.048
CUSTOS DOS BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS					
Pessoal	(3.092)	(35.069)	(1.501)	(2.536)	(1.907)
Material	(87)	(2.800)	(42)	(37)	(163)
Serviços de terceiros	(2.096)	(15.838)	(1.399)	(1.655)	(7.839)
Outras despesas operacionais	58	(5.762)	(285)	(196)	(2.097)
Custos e Despesas	(5.217)	(59.469)	(3.227)	(4.424)	(12.006)
Depreciação e amortização	(3.795)	(111.722)	(5.443)	(9.310)	(27.655)
Custos, Despesas e D&A	(9.011)	(171.191)	(8.670)	(13.734)	(39.661)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	30.661	446.415	43.681	64.196	147.387
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-
Renda de aplicação financeira	1.440	20.818	2.454	5.065	22.689
Despesas financeiras	(82)	(166.307)	(9.895)	(17.626)	(115.739)
Resultado financeiro	1.359	(145.489)	(7.440)	(12.561)	(93.050)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	32.019	300.926	36.241	51.635	54.337
Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.860)	(29.341)	(2.109)	(2.262)	(17.285)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	30.159	271.585	34.132	49.373	37.053
EBITDA	34.455	558.137	49.124	73.506	175.043
Margem EBITDA	86,9%	90,4%	93,8%	94,3%	93,6%

Resultados do 4º trimestre e ano de 2025



5.7. DRE IFRS 4T25 (Subsidiárias)

DRE IFRS

mil	ETAU	TBE	Aimorés	Paraguaçu	Ivaí
RECEITA OPERACIONAL BRUTA					
Operação e manutenção	3.939	31.740	2.312	2.699	3.899
Remuneração do ativo contratual de concessão	1.749	63.994	10.359	16.011	40.093
Correção monetária do ativo contratual de concessão	336	17.969	3.816	6.000	15.250
Receita de Implementação de Infraestrutura	-	12.526	-	-	(0)
Outras receitas operacionais	2.367	5.942	97	200	-
Parcela variável	(68)	(844)	(0)	(1)	-
TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	8.323	131.327	16.585	24.910	59.242
PIS e COFINS	(276)	(8.432)	(1.452)	(2.167)	(5.480)
ISS	-	-	-	-	-
ICMS	-	-	-	-	-
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA	(465)	(4.989)	(188)	(281)	(659)
Outras deduções	-	-	-	-	-
Deduções da receita operacional bruta	(742)	(13.421)	(1.639)	(2.447)	(6.139)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	7.581	117.906	14.945	22.462	53.103
CUSTOS DOS BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS					
Pessoal	(716)	(8.668)	(411)	(630)	(544)
Material	(968)	(12.546)	(257)	(43)	(885)
Serviços de terceiros	(652)	(4.843)	(632)	(758)	(2.214)
Outras despesas operacionais	343	(2.109)	(102)	(15)	(321)
Custos e Despesas	(1.994)	(28.166)	(1.403)	(1.446)	(3.965)
Depreciação e amortização	(18)	(253)	(15)	(27)	(25)
Custos, Despesas e D&A	(2.012)	(28.419)	(1.418)	(1.473)	(3.990)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	5.569	89.486	13.527	20.990	49.113
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-
Renda de aplicação financeira	279	5.279	442	640	6.044
Despesas financeiras	(12)	(40.157)	(4.958)	(8.224)	(25.031)
Resultado financeiro	267	(34.878)	(4.516)	(7.584)	(18.987)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	5.836	54.608	9.011	13.405	30.126
Imposto de Renda e Contribuição Social	(317)	4.587	252	529	(9.053)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	5.519	59.195	9.263	13.934	21.073
EBITDA	5.587	89.739	13.542	21.016	49.138
Margem EBITDA	73,7%	76,1%	90,6%	93,6%	92,5%

Resultados do 4º trimestre e ano de 2025



5.8. DRE IFRS 2025 (Subsidiárias)

	ETAU	TBE	Aimorés	Paraguaçu	Ivaí
RECEITA OPERACIONAL BRUTA					
Operação e manutenção	15.237	123.243	9.015	10.525	20.283
Remuneração do ativo contratual de concessão	7.261	261.735	41.134	63.576	159.402
Correção monetária do ativo contratual de concessão	158	75.460	22.613	35.542	87.765
Receita de Implementação de Infraestrutura	-	38.644	-	-	(0)
Outras receitas operacionais	9.049	23.886	0	488	-
Parcela variável	(141)	(2.054)	(1)	(448)	-
TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	31.563	520.915	72.760	109.683	267.450
PIS e COFINS	(1.183)	(31.392)	(6.633)	(10.237)	(24.739)
ISS	-	-	-	-	-
ICMS	(9)	-	-	-	-
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA	(1.911)	(19.287)	(725)	(1.090)	(2.602)
Outras deduções	-	-	-	-	-
Deduções da receita operacional bruta	(3.102)	(50.679)	(7.358)	(11.326)	(27.342)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	28.461	470.235	65.403	98.357	240.108
CUSTOS DOS BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS					
Pessoal	(3.092)	(35.069)	(1.501)	(2.536)	(1.907)
Material	(2.090)	(35.925)	(283)	(184)	(11.807)
Serviços de terceiros	(2.096)	(15.838)	(1.399)	(1.655)	(7.839)
Outras despesas operacionais	58	(5.534)	(262)	(162)	(1.361)
Custos e Despesas	(7.220)	(92.366)	(3.445)	(4.537)	(22.914)
Depreciação e amortização	(72)	(1.010)	(60)	(106)	(109)
Custos, Despesas e D&A	(7.292)	(93.377)	(3.505)	(4.643)	(23.023)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	21.169	376.859	61.898	93.714	217.086
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-
Renda de aplicação financeira	1.440	20.818	2.454	5.065	22.689
Despesas financeiras	(82)	(166.307)	(9.900)	(17.634)	(115.739)
Resultado financeiro	1.359	(145.489)	(7.446)	(12.569)	(93.050)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	22.528	231.370	54.452	81.145	124.036
Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.501)	6.600	(8.301)	(12.296)	(40.843)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	21.027	237.970	46.151	68.849	83.193
EBITDA	21.241	377.869	61.957	93.820	217.194
Margem EBITDA	74,6%	80,4%	94,7%	95,4%	90,5%

Resultados do 4º trimestre e ano de 2025



5.9. Conciliação DRE IFRS x Regulatório

DRE 2025 (em R\$ milhões)	SOCIETÁRIO				Conciliação SOC x REG	REGULATÓRIO			
	TAESA consolidado	Coligadas e joint ventures	Eliminações	TAESA consolidado proforma		TAESA consolidado proforma	TAESA consolidado	Coligadas e joint ventures	Eliminações
RAP	(0)	(0)	-	(0)	3.879	3.879	2.805	1.073	-
Remuneração do ativo de contrato de concessão	1.179	533	-	1.712	(1.712)	-	-	-	-
Correção monetária do ativo de contrato	400	222	-	621	(621)	-	-	-	-
Operação e manutenção	1.111	178	-	1.289	(1.289)	-	-	-	-
Implementação de infraestrutura	2.299	39	-	2.338	(2.338)	-	-	-	-
Parcela variável	(15)	(3)	-	(18)	-	(18)	(15)	(3)	-
Outras receitas	62	33	-	96	(94)	1	1	-	-
Receita bruta	5.036	1.002	-	6.038	(2.175)	3.862	2.792	1.071	-
Deduções da receita bruta	(411)	(100)	-	(511)	137	(375)	(278)	(96)	-
Receita operacional líquida - ROL	4.624	903	-	5.527	(2.039)	3.488	2.513,3	975	-
Pessoal	(257)	(44)	-	(301)	-	(301)	(257)	(44)	-
Materiais	(1.864)	(50)	-	(1.914)	1.903	(11)	(8)	(3)	-
Serviço de terceiros	(112)	(29)	-	(141)	-	(141)	(112)	(29)	-
Outros	(49)	(7)	-	(56)	16	(40)	(32)	(8)	-
EBITDA	2.342	772	-	3.114	(120)	2.995	2.104	890	-
Margem EBITDA	50,7%	85,5%	n/a	56,4%	29,5%	85,9%	83,7%	91,3%	n/a
Depreciação e amortização	(63)	(1)	-	(65)	(548)	(612)	(455)	(158)	-
Resultado operacional	2.279	771	-	3.050	(668)	2.382	1.650	732	-
Resultado de equivalência patrimonial	457	-	(457)	-	-	-	422	-	(422)
Resultado financeiro	(1.037)	(257)	-	(1.295)	0	(1.294)	(1.037)	(257)	-
Resultado antes dos impostos - LAIR	1.699	514	(457)	1.755	(667)	1.088	1.035	475	(422)
Impostos e contribuições sociais	(119)	(56)	-	(175)	212	36	89	(53)	-
Lucro líquido	1.580	457	(457)	1.580	(456)	1.124	1.124	422	(422)

Conciliação EBITDA IFRS x Regulatório

R\$ MM	4T25
EBITDA Societário	3.114
(-) Correção monetária - IFRS 15	(621)
(-) Receita de construção - IFRS 15	(2.338)
(-) Receita financeira - IFRS 15	(1.712)
(-) Receita de O&M e outras	(1.383)
(+) RAP	3.879
(+/-) PIS/COFINS diferidos	137
(+) CAPEX operacional	1.877
(+/-) Provisão - Contrato oneroso	3.879
(+/-) Outros efeitos societários	(3.863)
EBITDA Regulatório	2.995

Resultados do 4º trimestre e ano de 2025



5.10. Balanço Patrimonial

R\$ mil	4T25 IFRS	Ajustes	4T25 Regulatório
Ativos			
Caixa e Equivalentes de Caixa	741.596	-	741.596
Títulos e Valores Mobiliários	544.150	-	544.150
Clientes	262.410	-	262.410
Ativo contratual de concessão	1.701.687	1.701.687	-
Impostos e contribuições sociais	148.487	-	148.487
Cauções e depósitos vinculados	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	262	-	262
Dividendos e JCP a receber	73.118	-	73.118
Estoque	20.608	-	20.608
Outras contas a receber	87.064	-	87.064
Total do Ativo Circulante	3.579.382	1.701.687	1.877.695
Títulos e Valores Mobiliários - Não circulante	39.785	-	39.785
Ativo contratual de concessão	15.184.815	15.184.815	-
Tributos Diferidos	-	(12.496)	12.496
Impostos e Contribuições Diferidos	-	(93.754)	93.754
Impostos e contribuições sociais	-	-	-
Investimentos	3.115.984	2.487.958	628.026
Clientes	22.428	-	22.428
Depósitos judiciais	142.666	-	142.666
Instrumentos financeiros derivativos	3.691	-	3.691
Outras contas a receber	19.471	-	19.471
Imobilizado	223.051	(9.773.117)	9.996.168
Intangível	175.120	(625.933)	801.053
Direito de uso	113	113	-
Total do Ativo Não Circulante	18.927.124	7.167.586	11.759.538
Total do Ativo	22.506.506	8.869.273	13.637.233
Passivos			
Fornecedores	287.459	-	287.459
Impostos e contribuições sociais	85.783	-	85.783
Empréstimos e financiamentos	4.819	-	4.819
Debêntures	1.335.523	-	1.335.523
Passivo de arrendamento	431	431	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-
Dividendos e JCP a pagar	355.317	-	355.317
Taxas regulamentares	54.029	-	54.029
Outras contas a pagar	161.773	16.965	144.808
Total do Passivo Circulante	2.285.134	17.396	2.267.738
Empréstimos e financiamentos	38.526	-	38.526
Debêntures	9.594.960	-	9.594.960
Passivo de arrendamento	183	183	-
Instrumentos financeiros derivativos	179.282	-	179.282
Impostos e contribuições diferidos	1.475.225	1.473.910	1.315
Tributos diferidos	929.580	929.580	-
Provisão para contingências	187.916	2.594	185.322
Provisão para desmobilização de ativos	33	33	-
Obrigações especiais	-	(85.624)	85.624
Fornecedores	1.998	-	1.998
Outras contas a pagar	204.687	-	204.687
Total do Passivo Não Circulante	12.612.390	2.320.676	10.291.714
Patrimônio Líquido			
Capital social realizado	3.067.535	-	3.067.535
Custos de transações com acionistas	(25.500)	-	(25.500)
Reserva de capital	598.736	4.229	594.507
Reserva de lucros	3.784.357	-	3.784.357
Dividendos adicionais propostos	260.226	260.226	260.226
Ajuste de avaliação patrimonial	(76.372)	-	(76.372)
Reserva AFAC	-	-	-
Dividendos Intercalares e Juros sobre Capital Próprio	-	-	-
Lucros (prejuízos) acumulados	-	6.526.972	(6.526.972)
Resultado do período	-	-	-
Atribuído a participação dos acionistas controladores	7.608.982	6.791.427	1.077.781
Participação de acionistas não controladores	-	-	-
Total do Patrimônio Líquido	7.608.982	6.791.427	1.077.781
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	22.506.506	9.129.499	13.637.233

Resultados do 4º trimestre e ano de 2025



5.11. Fluxo de Caixa Regulatório

	2025
R\$ mil	Regulatório
Fluxo de caixa das atividades operacionais	
Resultado do período	1.124.069
Resultado de equivalência patrimonial	(422.302)
Depreciação e amortização	454.561
Amortização de direito de uso	-
Provisões (Reversões) fiscais, trabalhistas e cíveis	11.432
Provisão (Reversão) para compensação ambiental	(289)
Receita de aplicações financeiras	(10.623)
Custo Implementação - provisão fornecedores	-
Juros, var monet e cambiais líq e mtm sobre emprest e financ	(38.389)
Juros e variações monetárias sobre debêntures	1.149.400
Juros passivo de arrendamento	-
Ganho (Perda) Instrumentos financeiros derivativos	61.351
Imposto de renda e contribuição social correntes	27.005
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(116.212)
Tributos diferidos	4.792
Remuneração do ativo contratual de concessão	-
Correção monetária do ativo contratual de concessão	-
Receita de Implementação de Infraestrutura	-
Ganhos (perdas) nas aquisições de empresas	14.047
Receita de atualização monetária de depósitos judiciais	(10.190)
Despesa de atualização monetária de contingências	13.539
Provisão contrato oneroso	-
Provisão (Reversão) para parcela variável	(11.546)
	2.250.645
Variações nos ativos e passivos:	
(Aumento) Redução no saldo de clientes	(9.324)
(Aumento) Redução no saldo do ativo contratual de concessão	-
(Aumento) Redução no saldo de imp e contr sociais líquidos	169.696
(Aumento) Redução no saldo de imp e contrib diferidos	-
(Aumento) Redução no saldo de tributos diferidos	-
(Aumento) Redução no saldo de outros créditos	(17.874)
Aumento (Redução) no saldo de fornecedores	88.506
Aumento (Redução) no saldo de taxas regulamentares	8.983
Aumento (Redução) no saldo de outras contas a pagar	(51.359)
Dividendos recebidos das controladas	-
Dividendos e JCP recebidos das control em conjunto e colig	966.179
	1.154.807
Caixa gerado (aplicado) pelas atividades operacionais	3.405.452
Imposto de renda e contribuição social pagos	(23.209)
Caixa líq. gerado (aplicado) pelas atividades operacionais	3.382.243
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	
(Aumento) Redução no saldo de DTVM e outros investimentos	(567.571)
(Adições) Baixas no imobilizado e intangível	(1.895.606)
Aquisição de controladas, líquido do caixa adquirido	-
Aquisição de controladas em conjunto	-
Aquisição de coligadas	-
Aumento de capital em controladas em conjunto	-
Adiantamento para futuro aumento de capital em controladas	-
Caixa líq. gerado (aplicado) das atividades de investimentos	(2.463.177)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	
Captação de empréstimos e financiamentos	-
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	(379.234)
Pagamento de empréstimos e financiamentos - juros	(24.334)
Captação de debêntures	2.293.319
Pagamento de debêntures - principal	(1.056.528)
Pagamento de debêntures - juros	(768.865)
Pagamento de instrumentos financeiros derivativos - juros	-
Recebimento (pagamento) na liquidação de instrumentos financ	27.689
Pagamento de passivo de arrendamento	-
Aquisição de Participação de Controlada	-
Pagamento de dividendos e JCP	(1.020.493)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-
Aumento de capital	-
Outros	-
Caixa líq. aplicado (gerado) nas atividades de financiamento	(928.446)
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa	(9.380)
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa	750.976
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa	741.596
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa	(9.380)

Resultados do 4º trimestre e ano de 2025



5.12. Fluxo de Caixa IFRS

R\$ mil	2025 IFRS
Fluxo de caixa das atividades operacionais	
Resultado do período	1.579.863
Resultado de equivalência patrimonial	(457.190)
Depreciação e amortização	62.276
Amortização de direito de uso	982
Provisões (Reversões) fiscais, trabalhistas e cíveis	11.432
Provisão (Reversão) para compensação ambiental	(289)
Receita de aplicações financeiras	(10.623)
Custo Implementação - provisão fornecedores	1.781.309
Juros, var monet e cambiais liq e mtm sobre emprést e Financ	(38.389)
Juros e variações monetárias sobre debêntures	1.149.400
Juros passivo de arrendamento	101
Ganho (Perda) Instrumentos financeiros derivativos	61.351
Imposto de renda e contribuição social correntes	27.005
Imposto de renda e contribuição social diferidos	92.006
Tributos diferidos	137.792
Remuneração do ativo contratual de concessão	(1.178.753)
Correção monetária do ativo contratual de concessão	(399.502)
Receita de Implementação de Infraestrutura	(2.299.138)
Ganhos (perdas) nas aquisições de empresas	14.047
Receita de atualização monetária de depósitos judiciais	(10.190)
Despesa de atualização monetária de contingências	13.539
Provisão contrato oneroso	21.936
Provisão (Reversão) para parcela variável	(11.546)
	547.419
Variações nos ativos e passivos:	
(Aumento) Redução no saldo de clientes	(9.324)
(Aumento) Redução no saldo do ativo contratual de concessão	1.633.651
(Aumento) Redução no saldo de imp e contr sociais líquidos	169.691
(Aumento) Redução no saldo de imp e contrib diferidos	-
(Aumento) Redução no saldo de tributos diferidos	-
(Aumento) Redução no saldo de outros créditos	(17.874)
Aumento (Redução) no saldo de fornecedores	(1.692.803)
Aumento (Redução) no saldo de taxas regulamentares	8.957
Aumento (Redução) no saldo de outras contas a pagar	(51.257)
Dividendos recebidos das controladas	-
Dividendos e JCP recebidos das control em conjunto e colig	966.179
	1.007.220
Caixa gerado (aplicado) pelas atividades operacionais	1.554.639
Imposto de renda e contribuição social pagos	(23.209)
Caixa liq. gerado (aplicado) pelas atividades operacionais	1.531.430
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	
(Aumento) Redução no saldo de DTVM e outros investimentos	(567.571)
(Adições) Baixas no imobilizado e intangível	(43.797)
Aquisição de controladas, líquido do caixa adquirido	-
Aquisição de controladas em conjunto	-
Aquisição de coligadas	-
Aumento de capital em controladas em conjunto	-
Adiantamento para futuro aumento de capital em controladas	-
Caixa liq. gerado (aplicado) das atividades de investimentos	(611.368)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	
Captação de empréstimos e financiamentos	-
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	(379.234)
Pagamento de empréstimos e financiamentos - juros	(24.334)
Captação de debêntures	2.293.319
Pagamento de debêntures - principal	(1.056.528)
Pagamento de debêntures - juros	(768.865)
Pagamento de instrumentos financeiros derivativos - juros	-
Recebimento (pagamento) na liquidação de instrumentos financ	27.689
Pagamento de passivo de arrendamento	(996)
Aquisição de Participação de Controlada	-
Pagamento de dividendos e JCP	(1.020.493)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-
Aumento de capital	-
Outros	-
Caixa liq. aplicado (gerado) nas atividades de financiamento	(929.442)
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa	(9.380)
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa	750.976
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa	741.596
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa	(9.380)

Resultados do 4º trimestre e ano de 2025



Aviso Legal

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia são elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), definidas neste documento como Resultado Regulatório e Resultado IFRS, respectivamente. A apresentação dessas informações está condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Demonstrações Financeiras.

No Resultado Regulatório a seguir apresentado, preparado com base na estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, emitido pela ANEEL, todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão e subestações são registrados como ativo imobilizado e os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 (IFRS 15) são eliminados, incluindo os impactos fiscais (IR e CSLL diferidos e PIS e COFINS diferidos) reconhecidos sobre as diferenças temporárias oriundas da aplicação dessa interpretação.

É importante mencionar que o Resultado Regulatório é auditado anualmente na entrega das demonstrações contábeis regulatórias à ANEEL. Portanto, o prazo para conclusão da auditoria das Demonstrações Contábeis Regulatórias (DCRs) se encerram em 30 de abril de cada exercício, ou seja, assuntos relacionados especificamente à contabilidade regulatória divulgados anteriormente a conclusão das DCRs são passíveis de alterações.

Para facilitar o entendimento das informações apresentadas neste documento, os termos associados às palavras Regulatório(a) e IFRS seguem os mesmos princípios e estrutura definidos acima para o Resultado Regulatório e Resultado IFRS, respectivamente.

Em linha com as normas contábeis, a TAESA não consolida proporcionalmente as empresas controladas em conjunto e coligadas. Dessa forma, os resultados da ETAU, do grupo AIE (Aimorés, Paraguaçu e Ivaí) e do grupo TBE são contabilizados na linha de equivalência patrimonial tanto no Resultado IFRS quanto no Regulatório.

A declaração de dividendos da TAESA, para efeitos de cumprimento da legislação e do estatuto social da TAESA, é feita com base no Resultado IFRS auditado pelos auditores e aprovado em Reunião do Conselho de Administração e Assembleia Geral Ordinária.

As informações financeiras e operacionais incluídas nesta discussão de resultados são sujeitas a arredondamentos e, como consequência, os valores totais apresentados nas tabelas e gráficos neste documento podem diferir da agregação numérica direta dos valores que os precedem.